

COLÉGIO ESTADUAL DE FAXINAL DOS
MARMELEIROS
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO
FAXINAL DOS MARMELEIROS

REGIMENTO ESCOLAR

REBOUÇAS

2008

SUMÁRIO

PREÂMBULO.....	06
TÍTULO I	
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	08
CAPÍTULO I	
IDENTIFICAÇÃO, LOCALIZAÇÃO E MANTENEDORA	08
CAPÍTULO II	
DAS FINALIDADES E OBJETIVOS	09
TÍTULO II	
ORGANIZAÇÃO ESCOLAR	11
CAPÍTULO I	
DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	11
Seção I	
Do Conselho Escolar	11
Seção II	
Da Equipe de Direção	13
Seção III	
Dos Órgãos Colegiados de Representação da Comunidade Escolar	16
Seção IV	
Do Conselho de Classe	17
Seção V	
Da Equipe Pedagógica	19
Seção VI	
Da Equipe Docente	24
Seção VII	
Da Equipe Técnico-Administrativa e dos Assistentes de Execução	27

Seção VIII	
Da Equipe Auxiliar Operacional	34
CAPÍTULO II	
DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	38
Seção I	
Dos Níveis e Modalidades de Ensino da Educação Básica.....	39
Seção II	
Dos Fins e Objetivos da Educação Básica de cada Nível e Modalidade de Ensino	40
Seção III	
Da Organização Curricular, Estrutura e Funcionamento	42
Seção IV	
Da Matrícula	45
Seção V	
Do Processo de Classificação	47
Seção VI	
Do Processo de Reclassificação	49
Seção VII	
Da Transferência	50
Seção VIII	
Da Progressão Parcial.....	51
Seção IX	
Da Freqüência	52
Seção X	
Da Avaliação da Aprendizagem, da Recuperação de Estudos e da Promoção	53
Seção XI	
Do Aproveitamento de Estudos	57
Seção XII	
Da Adaptação.....	58
Seção XIII	



	4
Da Revalidação e Equivalência	58
Seção XIV	
Da Regularização de Vida Escolar	61
Seção XV	
Do Calendário Escolar.....	62
Seção XVI	
Dos Registros e Arquivos Escolares.....	62
Seção XVII	
Da Eliminação de Documentos Escolares.....	63
Seção XVIII	
Da Avaliação Institucional.....	64
Seção XIX	
Dos Espaços Pedagógicos.....	64

TÍTULO III

DIREITOS E DEVERES DA COMUNIDADE ESCOLAR.....	66
--	-----------

CAPÍTULO I

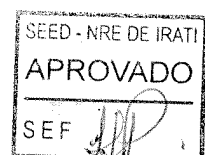
DOS DIREITOS, DEVERES E PROIBIÇÕES DOS DOCENTES, EQUIPE PEDAGÓGICA E DIREÇÃO	66
---	-----------

Seção I	
Dos Direitos	66
Seção II	
Dos Deveres.....	67
Seção III	
Das Proibições.....	69

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS, DEVERES E PROIBIÇÕES DA EQUIPE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, ASSISTENTES DE EXECUÇÃO E DA EQUIPE AUXILIAR OPERACIONAL	70
--	-----------

Seção I



	5
Dos Direitos	71
Seção II	
Dos Deveres.....	71
Seção III	
Das Proibições.....	72
CAPÍTULO III	
DOS DIREITOS, DEVERES, PROIBIÇÕES E MEDIDAS DISCIPLINARES	
DOS ALUNOS.....	74
Seção I	
Dos Direitos	74
Seção II	
Dos Deveres.....	76
Seção III	
Das Proibições.....	77
Seção IV	
Das Ações Educativas, Pedagógicas e Disciplinares	79
CAPÍTULO IV	
DOS DIREITOS, DEVERES E PROIBIÇÕES DOS PAIS OU	
RESPONSÁVEIS	80
Seção I	
Dos Direitos	80
Seção II	
Dos Deveres.....	81
Seção III	
Das Proibições.....	82
TÍTULO IV	
DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS.....	
	83
CAPÍTULO I	
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	



REGIMENTO ESCOLAR

PREÂMBULO

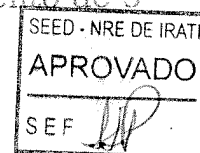
Este REGIMENTO ESCOLAR, estrutura e regulamenta o funcionamento do Colégio Estadual de Faxinal dos Marmeleiros - Ensino Fundamental e Médio, localizado em Faxinal dos Marmeleiros, zona rural do município de Rebouças.

O Colégio Estadual de Faxinal dos Marmeleiros teve origem com o projeto das Escolas Consolidadas implantado pelo Governo do Estado do Paraná. A localidade de Faxinal dos Marmeleiros foi escolhida para centralizar o complexo escolar, para isso foram desativadas várias escolas de 1ª a 4ª séries das seguintes localidades: Marmeleiro de Cima, Marmeleiro dos Carvalhos, Marmeleiro dos Rosas, Faxinal dos Marmeleiros, Conceição de Baixo, Rio Bonito e atende a 14 comunidades no total, sendo todas unificadas a esse complexo.

O Colégio foi inaugurado no dia 07 de dezembro de 1990, com o nome de Escola Estadual de Faxinal dos Marmeleiros - Ensino de 1º grau e, no ano de 1991, contou com 119 alunos e dividindo o espaço físico com a Escola Municipal Professor Leonardo Krul - Ensino Fundamental, que em 1991 contou com 142 alunos.

O Colégio Estadual de Faxinal dos Marmeleiros - Ensino Fundamental e Médio foi criado e autorizado a funcionar pela Resolução nº 3803/90 nos termos vigentes para ministrar as quatro últimas séries do Ensino Fundamental no período diurno, a partir do ano de 1991, delegados pela Resolução nº 062/89 nos termos da Lei Federal nº 5692 de 11 de agosto de 1971 e das Deliberações nº 030/80 e nº 051/82 do Conselho Estadual de Educação (CEE).

Pela Resolução nº 45/95 de 26/01/95 devido a disponibilidade de clientela, a partir do ano de 1995, foi autorizado o funcionamento de 5ª



a 8ª série do turno noturno, implantação gradativa.

O Reconhecimento do Curso Ensino Fundamental do Colégio Estadual de Faxinal dos Marmeleiros aconteceu em decorrência da Resolução nº 1117/94 de 25/03/94 e do Parecer nº 454/02 CEE.

O Ensino Médio foi criado e autorizado a funcionar pela Resolução nº 526/02 da Coordenação de Estrutura e Funcionamento, passando a chamar-se Colégio Estadual de Faxinal dos Marmeleiros – Ensino Fundamental e Médio com Reconhecimento por 5 anos, Parecer nº 0013/1994 e a Renovação do Reconhecimento Resolução nº 2750/2002 e o Parecer nº 454/02 CEE.

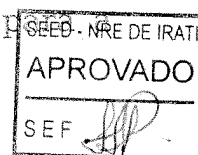
A Sala de Recursos, área de Deficiência Intelectual, Super Dotação ou Altas Habilidades, teve Autorização de Funcionamento em abril de 2005, segundo a Resolução nº 1726/05, Deliberação nº 03/98 e 02/03 ambas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer nº 1146 de 27/02/2007, com a ampliação do funcionamento da Sala de Recursos para 40 horas pela Resolução nº 1894/07 – CEE / SEED.

A comunidade de Faxinal dos Marmeleiros preserva o Sistema Faxinal (forma particular de organização camponesa do Centro Sul do Paraná), ou seja, possui uma área de uso comum onde se preserva a floresta nativa e onde as pessoas criam seus animais.

“O sistema Faxinal é a única experiência de criar comunitariamente os animais” (Goubert Filho, 1997), fato inédito na história deste país. Este sistema vem atravessando um período de desagregação e na maioria dos municípios já foi extinto. Mas em alguns municípios, como é o caso de Rebouças, preservam este sistema e lutam pela sua conservação, evitando assim o êxodo rural.

O Colégio se destaca na região, devido a seus projetos na área de ecologia. Por se tratar de uma comunidade rural, procura proporcionar uma educação de campo, pretendendo oferecer maior acesso à educação dos jovens, e com esse olhar diferenciado, procura cumprir o papel de respeitar o universo cultural da comunidade.

Este município, a nível de Estado, é totalmente voltado



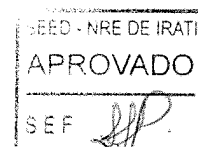
agricultura, os alunos trabalham com a família e, por esse motivo, alguns desistem sem motivação para estudar. Nestas condições, a escola que é o elo de apoio, deve manter-se firme à realidade de seus educandos oferecendo-lhes condições favoráveis e motivadoras, para que tenham prazer em freqüentá-la. A escola deve acolher, valorizar e objetivar o bom desempenho dos educandos.

As comunidades que freqüentam a escola configuram um contexto social de zona rural e, portanto, a maioria é agrícola, contando também com alguns comerciantes, industriais e granjeiros. A base da economia é a agricultura de subsistência: arroz, feijão, milho e, em menor proporção, destacam-se culturas de fumo, soja e batata.

A comunidade de Faxinal dos Marmeleiros, onde se localiza o estabelecimento de ensino, é a região que concentra a população mais carente do município, pois poucos possuem propriedades, sendo à maioria trabalhador temporário ou "bóia-fria", uma vez que são de origem simples, muitos são analfabetos ou não completaram o Ensino Fundamental.

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
CAPÍTULO I
IDENTIFICAÇÃO, LOCALIZAÇÃO E MANTENEDORA

Art 1º - O Colégio Estadual de Faxinal dos Marmeleiros – Ensino Fundamental e Médio situado na localidade de Faxinal dos Marmeleiros, município de Rebouças, Estado do Paraná, mantido pelo Governo do Estado do Paraná.



CAPÍTULO II DAS FINALIDADES E OBJETIVOS

Art. 2º - O Colégio Estadual de Faxinal dos Marmeleiros – Ensino Fundamental Médio tem a finalidade de efetivar o processo de apropriação do conhecimento, respeitando os dispositivos constitucionais Federal e Estadual, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA Lei nº 8069/90 e a Legislação do Sistema de Estadual de Ensino.

Art. 3º O estabelecimento de ensino garante o princípio democrático de igualdade de condições de acesso e de permanência na escola, de gratuidade para a rede pública, de uma Educação Básica com qualidade em seus diferentes níveis e modalidades de ensino, vedada qualquer forma de discriminação e segregação.

Art. 4º O estabelecimento de ensino objetiva a implementação e acompanhamento do seu Projeto Político-Pedagógico, elaborado coletivamente, com observância aos princípios democráticos, e submetido à aprovação do Conselho Escolar.

Art. 5º - O Estabelecimento de Ensino considerando a magnitude da importância da educação escolar para o exercício da cidadania plena e para o desenvolvimento de um país cujo paradigma tenha como referências a justiça social, a solidariedade e o diálogo entre todos, independentemente de sua inserção em áreas urbanas ou rurais, deverá garantir a universalização do acesso da população do campo a Educação Básica.

Art. 6º - O estabelecimento de ensino caracterizado escola do



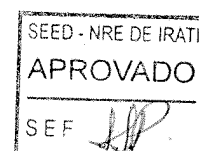
campo, expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a universalização da educação escolar com qualidade social, constituir-se-á num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável.

Art. 7º - O Projeto Político Pedagógico e as propostas pedagógicas do estabelecimento de ensino do campo, respeitando as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo de imediato e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26, 28 da Lei 9394/96, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

Art. 8º - É de responsabilidade deste estabelecimento de ensino, regulamentar as estratégias específicas de atendimento escolar do campo e a flexibilização da organização do calendário escolar, salvaguardando, nos diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, os direitos garantidos de todos os cidadãos - liberdade e igualdade resguardadas as diferenças.

§ 1º - O ano letivo, observado o disposto nos artigos 23, 24 e 28 da LDB, poderá ser estruturado independente do ano civil.

§ 2º - As atividades constantes das propostas pedagógicas do estabelecimento de ensino, preservadas as finalidades de cada etapa da educação básica e da modalidade de ensino prevista poderão ser organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos, sempre que o exercício do direito à educação escolar e o desenvolvimento da capacidade dos alunos de aprender e de continuar assim o exigirem.



TÍTULO II
ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Art. 9º O trabalho pedagógico compreende todas as atividades teórico-práticas desenvolvidas pelos profissionais do estabelecimento de ensino para a realização do processo educativo escolar.

Art. 10 A organização democrática no âmbito escolar fundamenta-se no processo de participação e co-responsabilidade da comunidade escolar na tomada de decisões coletivas, para a elaboração, implementação e acompanhamento do Projeto Político-Pedagógico.

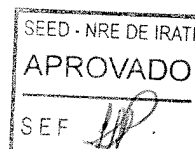
Art. 11 A organização do trabalho pedagógico é constituída pelo Conselho Escolar, equipe de direção, órgãos colegiados de representação da comunidade escolar, Conselho de Classe, equipe pedagógica, equipe docente, equipe técnico - administrativa e assistente de execução e equipe auxiliar operacional.

Art. 12 São elementos da gestão democrática a escolha do (a) diretor (a) pela comunidade escolar, na conformidade da lei, e a constituição de um órgão máximo de gestão colegiada, denominado de Conselho Escolar.

Seção I

Do Conselho Escolar

Art. 13 O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora sobre a organização e a realização do trabalho pedagógico e administrativo do



estabelecimento de ensino, em conformidade com a legislação educacional vigente e orientações da SEED.

Art. 14 O Conselho Escolar é composto por representantes da comunidade escolar e representantes de movimentos sociais organizados e comprometidos com a educação pública, presentes na comunidade, sendo presidido por seu membro nato, o (a) diretor(a) escolar.

§ 1º - A comunidade escolar é compreendida como o conjunto dos profissionais da educação atuantes no estabelecimento de ensino, alunos devidamente matriculados e freqüentando regularmente, pais e/ou responsáveis pelos alunos.

§ 2º - A participação dos representantes dos movimentos sociais organizados, presentes na comunidade, não ultrapassará um quinto (1/5) do colegiado.

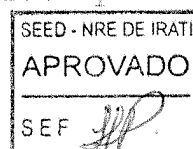
Art. 15 O Conselho Escolar poderá eleger seu vice-presidente dentre os membros que o compõem, maiores de 18 (dezoito) anos.

Art. 16 O Conselho Escolar tem como principal atribuição, aprovar e acompanhar a efetivação do Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino.

Art. 17 Os representantes do Conselho Escolar são escolhidos entre seus pares, mediante processo eletivo, de cada segmento escolar, garantindo-se a representatividade dos níveis e modalidades de ensino.

Parágrafo Único - As eleições dos membros do Conselho Escolar, titulares e suplentes, realizar-se-ão em reunião de cada segmento convocada para este fim, para um mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se uma única reeleição consecutiva.

Art. 18 O Conselho Escolar, de acordo com o princípio da representatividade e da proporcionalidade, é constituído pelos



seguintes conselheiros:

- I. diretor (a);
- II. representante da equipe pedagógica;
- III. representante da equipe docente (professores);
- IV. representante da equipe técnico-administrativa;
- V. representante da equipe auxiliar operacional;
- VI. representante dos discentes (alunos);
- VII. representante dos pais ou responsáveis pelo aluno;
- VIII. representante do Grêmio Estudantil;
- IX. representante dos movimentos sociais organizados da comunidade (APME, Associação de Moradores, Igrejas, Unidades de Saúde etc.).

Art. 19 O Conselho Escolar é regido por Estatuto próprio, aprovado por 2/3 (dois terços) de seus integrantes.

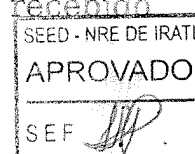
Seção II Da Equipe de Direção

Art. 20 A direção escolar é composta pelo diretor (a) e diretor (a) auxiliar, escolhidos democraticamente entre os componentes da comunidade escolar, conforme legislação em vigor.

Art. 21 A função de diretor (a), como responsável pela efetivação da gestão democrática, é a de assegurar o alcance dos objetivos educacionais definidos no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino.

Art. 22 Compete ao diretor (a):

- I. cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor;
- II. responsabilizar-se pelo patrimônio público escolar



no ato da posse;

III. coordenar a elaboração e acompanhar a implementação do Projeto Político-Pedagógico da escola, construído coletivamente e aprovado pelo Conselho Escolar;

IV. coordenar e incentivar a qualificação permanente dos profissionais da educação;

V. implementar a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, em observância às Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais;

VI. coordenar a elaboração do Plano de Ação do estabelecimento de ensino e submetê-lo à aprovação do Conselho Escolar;

VII. convocar e presidir as reuniões do Conselho Escolar, dando encaminhamento às decisões tomadas coletivamente;

VIII. elaborar os planos de aplicação financeira sob sua responsabilidade, consultando a comunidade escolar e colocando-os em edital público;

IX. prestar contas dos recursos recebidos, submetendo-os à aprovação do Conselho Escolar e fixando-os em edital público;

X. coordenar a construção coletiva do Regimento Escolar, em consonância com a legislação em vigor, submetendo-o à apreciação do Conselho Escolar e, após, encaminhá-lo ao NRE para a devida aprovação;

XI. garantir o fluxo de informações no estabelecimento de ensino e deste com os órgãos da administração estadual;

XII. encaminhar aos órgãos competentes as propostas de modificações no ambiente escolar, quando necessárias, aprovadas pelo Conselho Escolar;

XIII. deferir os requerimentos de matrícula;

XIV. elaborar o calendário escolar, de acordo com as orientações da SEED, submetê-lo à apreciação do Conselho Escolar e encaminhá-lo ao NRE para homologação;



XV. acompanhar o trabalho docente, referente às reposições de horas-aula aos discentes;

XVI. assegurar o cumprimento dos dias letivos, horas-aula e horas-atividade estabelecidos;

XVII. promover grupos de trabalho e estudos ou comissões encarregadas de estudar e propor alternativas para atender aos problemas de natureza pedagógico-administrativa no âmbito escolar;

XVIII. propor à Secretaria de Estado da Educação, via Núcleo Regional de Educação, após aprovação do Conselho Escolar, alterações na oferta de ensino e abertura ou fechamento de cursos;

XIX. participar e analisar da elaboração dos Regulamentos Internos e encaminhá-los ao Conselho Escolar para aprovação;

XX. supervisionar o preparo da merenda escolar, quanto ao cumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente relativamente a exigências sanitárias e padrões de qualidade nutricional;

XXI. presidir o Conselho de Classe, dando encaminhamento às decisões tomadas coletivamente;

XXII. definir horário e escalas de trabalho da equipe técnico administrativa e equipe auxiliar operacional;

XXIII. articular processos de integração da escola com a comunidade;

XXIV. solicitar ao NRE suprimento e cancelamento de demanda de funcionários e professores do estabelecimento, observando as instruções emanadas da SEED;

XXV. organizar horário adequado para a realização da Prática Profissional Supervisionada do funcionário cursista do Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação -- Pró-funcionário, no horário de trabalho, correspondendo a 50% (cinquenta por cento) da carga horária da Prática Profissional Supervisionada, conforme orientação da SEED, contida no Plano de Curso;

XXVI. participar, com a equipe pedagógica, da análise e definição



de projetos a serem inseridos no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino, juntamente com a comunidade escolar;

XXVII.cooperar com o cumprimento das orientações técnicas de vigilância sanitária e epidemiológica;

XXVIII.viabilizar salas adequadas quando da oferta do ensino extracurricular plurilingüístico da Língua Estrangeira Moderna, pelo Centro de Línguas Estrangeiras Modernas – CELEM;

XXIX.disponibilizar espaço físico adequado quando da oferta de Serviços e Apoios Pedagógicos Especializados, nas diferentes áreas da Educação Especial;

XXX.assegurar a realização do processo de avaliação institucional do estabelecimento de ensino;

XXXI.zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XXXII.manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

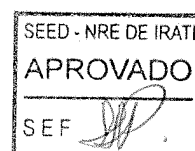
XXXIII.cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

Art. 23 Compete ao diretor (a) auxiliar assessorar o (a) em todas as suas atribuições e substituí-lo (a) na sua falta ou por algum impedimento.

Seção III

Dos Órgãos Colegiados de Representação da Comunidade Escolar

Art. 24 Os segmentos sociais organizados e reconhecidos como Órgãos Colegiados de representação da comunidade escolar estão legalmente constituídos por Estatutos e Regulamentos próprios.



Art. 25 A Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF ou similar, pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação dos Pais, Mestres e Funcionários do estabelecimento de ensino, sem caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros, sendo constituída por prazo indeterminado.

Parágrafo Único – A APMF é regida por Estatuto próprio, aprovado e homologado em Assembléia Geral, convocada especificamente para este fim.

Art. 26 O Grêmio Estudantil é o órgão máximo de representação dos estudantes do estabelecimento de ensino, com o objetivo de defender os interesses individuais e coletivos dos alunos, incentivando a cultura literária, artística e desportiva de seus membros.

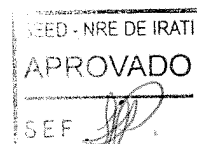
Parágrafo Único – O Grêmio Estudantil é regido por Estatuto próprio, aprovado e homologado em Assembléia Geral, convocada especificamente para este fim.

Seção IV

Do Conselho de Classe

Art. 27 O Conselho de Classe é órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, fundamentado no Projeto Político- Pedagógico da escola e no Regimento Escolar, com a responsabilidade de analisar as ações educacionais, indicando alternativas que busquem garantir a efetivação do processo ensino e aprendizagem.

Art. 28 A finalidade da reunião do Conselho de Classe, após analisar as informações e dados apresentados, é a de intervir em tempo hábil no processo ensino e aprendizagem, oportunizando ao aluno



formas diferenciadas de apropriar-se dos conteúdos curriculares estabelecidos.

Parágrafo Único - É da responsabilidade da equipe pedagógica organizar as informações e dados coletados a serem analisados no Conselho de Classe.

Art. 29 Ao Conselho de Classe cabe verificar se os objetivos, conteúdos, procedimentos metodológicos, avaliativos e relações estabelecidas na ação pedagógico-educativa, estão sendo cumpridos de maneira coerente com o Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino.

Art. 30 O Conselho de Classe constitui-se em um espaço de reflexão pedagógica, onde todos os sujeitos do processo educativo, de forma coletiva, discutem alternativas e propõem ações educativas eficazes que possam vir a sanar necessidades/dificuldades apontadas no processo ensino e aprendizagem.

Art. 31 O Conselho de Classe é constituído pelo(a) diretor(a) e/ou diretor(a) auxiliar, pela equipe pedagógica, por todos os docentes e os alunos representantes que atuam numa mesma turma e/ou série, por meio de:

I. Pré-Conselho de Classe com toda a turma em sala de aula, sob a coordenação do professor representante de turma e/ou pelo(s) pedagogo(s) e com os professores;

II. Conselho de Classe Integrado, com a participação da equipe de direção, da equipe pedagógica, da equipe docente, da representação facultativa de alunos e pais de alunos por turma e/ou série.

Art. 32 A convocação, pela direção, das reuniões ordinárias ou extraordinárias do Conselho de Classe, deve ser divulgada em edital,



com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 33 O Conselho de Classe reunir-se-á ordinariamente em datas previstas em calendário escolar e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

Art. 34 As reuniões do Conselho de Classe serão lavradas em Livro Ata, pelo(a) secretário(a) da escola, como forma de registro das decisões tomadas.

Art. 35 São atribuições do Conselho de Classe:

I. analisar as informações sobre os conteúdos curriculares, encaminhamentos metodológicos e práticas avaliativas que se referem ao processo ensino e aprendizagem;

II. propor procedimentos e formas diferenciadas de ensino e de estudos para a melhoria do processo ensino e aprendizagem;

III. estabelecer mecanismos de recuperação de estudos, concomitantes ao processo de aprendizagem, que atendam às reais necessidades dos alunos, em consonância com a Proposta Pedagógica Curricular da escola;

IV. acompanhar o processo de avaliação de cada turma, devendo debater e analisar os dados qualitativos e quantitativos do processo ensino e aprendizagem;

V. atuar com co-responsabilidade na decisão sobre a possibilidade de avanço do aluno para série subsequente ou retenção, após a apuração dos resultados finais, levando-se em consideração o desenvolvimento integral do aluno;

VI. receber pedidos de revisão de resultados finais até 72 (setenta e duas) horas úteis após sua divulgação em edital.

Seção V
Da Equipe Pedagógica



Art. 36 A equipe pedagógica é responsável pela coordenação, implantação e implementação no estabelecimento de ensino das Diretrizes Curriculares definidas no Projeto Político-Pedagógico e no Regimento Escolar, em consonância com a política educacional e orientações emanadas da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 37 A equipe pedagógica é composta por professores graduados em Pedagogia.

Art. 38 Compete à equipe pedagógica:

I. coordenar a elaboração coletiva e acompanhar a efetivação do Projeto Político-Pedagógico e do Plano de Ação do estabelecimento de ensino;

II. orientar a comunidade escolar na construção de um processo pedagógico, em uma perspectiva democrática;

III. participar e intervir, junto à direção, na organização do trabalho pedagógico escolar, no sentido de realizar a função social e a especificidade da educação escolar;

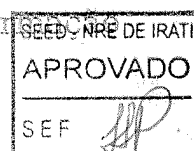
IV. coordenar a construção coletiva e a efetivação da proposta pedagógica curricular do estabelecimento de ensino, a partir das políticas educacionais da SEED e das Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais;

V. orientar o processo de elaboração dos Planos de Trabalho Docente junto ao coletivo de professores do estabelecimento de ensino;

VI. acompanhar o trabalho docente, quanto às reposições de horas aula aos discentes;

VII. promover e coordenar reuniões pedagógicas e grupos de estudo para reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico visando à elaboração de propostas de intervenção para a qualidade de ensino para todos;

VIII. participar da elaboração de projetos de fo



continuada dos profissionais do estabelecimento de ensino, que tenham como finalidade a realização e o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar;

IX. organizar, junto à direção da escola, a realização dos Pré-Conselhos e dos Conselhos de Classe, de forma a garantir um processo coletivo de reflexão-ação sobre o trabalho pedagógico desenvolvido no estabelecimento de ensino;

X. coordenar a elaboração e acompanhar a efetivação de propostas de intervenção decorrentes das decisões do Conselho de Classe;

XI. subsidiar o aprimoramento teórico-metodológico do coletivo de professores do estabelecimento de ensino, promovendo estudos sistemáticos, trocas de experiência, debates e oficinas pedagógicas;

XII. organizar a hora-atividade dos professores do estabelecimento de ensino, de maneira a garantir que esse espaço-tempo seja de efetivo trabalho pedagógico;

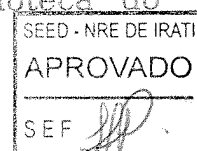
XIII. proceder à análise dos dados do aproveitamento escolar de forma a desencadear um processo de reflexão sobre esses dados, junto à comunidade escolar, com vistas a promover a aprendizagem de todos os alunos;

XIV. coordenar o processo coletivo de elaboração e aprimoramento do Regimento Escolar, garantindo a participação democrática de toda a comunidade escolar;

XV. participar do Conselho Escolar, quando representante do seu segmento, subsidiando teórica e metodologicamente as discussões e reflexões acerca da organização e efetivação do trabalho pedagógico escolar;

XVI. coordenar a elaboração de critérios para aquisição, empréstimos e seleção de materiais, equipamentos e/ou livros de uso didático-pedagógico, a partir do Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;

XVII. participar da organização pedagógica da biblioteca do



estabelecimento de ensino, assim como do processo de aquisição de livros, revistas, fomentando ações e projetos de incentivo à leitura;

XVIII. acompanhar as atividades desenvolvidas nos Laboratórios de Química, Física e Biologia e de Informática;

XIX. propiciar o desenvolvimento da representatividade dos alunos e de sua participação nos diversos momentos e Órgãos Colegiados da escola;

XX. coordenar o processo democrático de representação docente de cada turma;

XXI. colaborar com a direção na distribuição das aulas, conforme orientação da SEED;

XXII. coordenar, junto à direção, o processo de distribuição de aulas e disciplinas, a partir de critérios legais, didático-pedagógicos e do Projeto Político- Pedagógico do estabelecimento de ensino;

XXIII. acompanhar os estagiários das instituições de ensino superior quanto às atividades a serem desenvolvidas no estabelecimento de ensino;

XXIV. acompanhar o desenvolvimento do Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação - Pró-funcionário tanto na organização do curso, quanto no acompanhamento da Prática Profissional Supervisionada dos funcionários cursistas da escola e/ou de outras unidades escolares;

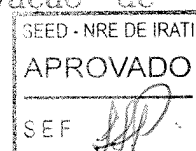
XXV. promover a construção de estratégias pedagógicas de superação de todas as formas de discriminação, preconceito e exclusão social;

XXVI. coordenar a análise de projetos a serem inseridos no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;

XXVII. acompanhar o processo de avaliação institucional do estabelecimento de ensino;

XXVIII. participar na elaboração do Regulamento de uso dos espaços pedagógicos;

XXIX. orientar, coordenar e acompanhar a efetivação de



procedimentos didático-pedagógicos referentes à avaliação processual e aos processos de classificação, reclassificação, aproveitamento de estudos, adaptação, conforme legislação em vigor;

XXX. organizar as reposições de aulas, acompanhando junto à direção as reposições de dias, horas e conteúdos aos discentes;

XXXI. orientar, acompanhar e visar periodicamente os Livros de Registro de Classe;

XXXII. organizar registros de acompanhamento da vida escolar do aluno;

XXXIII. organizar registros para o acompanhamento da prática pedagógica dos profissionais do estabelecimento de ensino;

XXXIV. solicitar autorização dos pais ou responsáveis para realização da Avaliação Educacional do Contexto Escolar, a fim de identificar possíveis necessidades educacionais especiais;

XXXV. coordenar e acompanhar o processo de Avaliação Educacional no Contexto Escolar, para os alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem, visando encaminhamento aos serviços e apoios especializados da Educação Especial, se necessário;

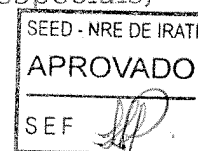
XXXVI. acompanhar os aspectos de sociabilização e aprendizagem dos alunos, realizando contato com a família com o intuito de promover ações para o seu desenvolvimento integral;

XXXVII. acompanhar a frequência escolar dos alunos, contatando as famílias e encaminhando-os aos órgãos competentes, quando necessário;

XXXVIII. acionar serviços de proteção à criança e ao adolescente, sempre que houver necessidade de encaminhamentos;

XXXIX. orientar e acompanhar o desenvolvimento escolar dos alunos com necessidades educativas especiais, nos aspectos pedagógicos, adaptações físicas e curriculares e no processo de inclusão na escola;

XL. manter contato com os professores dos serviços e apoios especializados de alunos com necessidades educacionais especiais,



para intercâmbio de informações e trocas de experiências, visando à articulação do trabalho pedagógico entre Educação Especial e ensino regular;

XLII. assessorar os professores do CELEM e acompanhar as turmas, quando o estabelecimento de ensino ofertar o ensino extracurricular plurilingüístico de Língua Estrangeira Moderna;

XLIII. assegurar a realização do processo de avaliação institucional do estabelecimento de ensino;

XLIV. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com colegas, alunos, pais e demais segmentos da comunidade escolar;

XLV. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XLVI. elaborar seu Plano de Ação;

XLVII. cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

Seção VI

Da Equipe Docente

Art. 39 A equipe docente é constituída de professores regentes, devidamente habilitados.

Art. 40 Compete aos docentes:

I. participar da elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino, construído de forma coletiva e aprovado pelo Conselho Escolar;

II. elaborar, com a equipe pedagógica, a proposta pedagógica curricular do estabelecimento de ensino, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico e as Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais;

III. participar do processo de escolha, juntamente com a equipe pedagógica, dos livros e materiais didáticos, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;



- IV. elaborar seu Plano de Trabalho Docente;
- V. desenvolver as atividades de sala de aula, tendo em vista a apreensão crítica do conhecimento pelo aluno;
- VI. proceder à reposição dos conteúdos, carga horária e/ou dias letivos aos alunos, quando se fizer necessário, a fim de cumprir o calendário escolar resguardando prioritariamente o direito do aluno;
- VII. proceder à avaliação contínua, cumulativa e processual dos alunos, utilizando-se de instrumentos e formas diversificadas de avaliação, previstas no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;
- VIII. promover o processo de recuperação concomitante de estudos para os alunos, estabelecendo estratégias diferenciadas de ensino e aprendizagem, no decorrer do período letivo;
- IX. participar do processo de avaliação educacional no contexto escolar dos alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem, sob coordenação e acompanhamento do pedagogo, com vistas à identificação de possíveis necessidades educacionais especiais e posterior encaminhamento aos serviços e apoios especializados da Educação Especial, se necessário;
- X. participar de processos coletivos de avaliação do próprio trabalho e da escola, com vistas ao melhor desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem;
- XI. participar de reuniões, sempre que convocado pela direção;
- XII. assegurar que, no âmbito escolar, não ocorra tratamento discriminatório em decorrência de diferenças físicas, étnicas, de gênero e orientação sexual, de credo, ideologia, condição sócio-cultural, entre outras;
- XIII. viabilizar a igualdade de condições para a permanência do aluno na escola, respeitando a diversidade, a pluralidade cultural e as peculiaridades de cada aluno, no processo de ensino e aprendizagem;
- XIV. participar de reuniões e encontros para planejamento e acompanhamento, junto ao professor de Serviços e Apoios



Especializados, da Sala de Recursos, a fim de realizar ajustes ou modificações no processo de intervenção educativa;

XV. estimular o acesso a níveis mais elevados de ensino, cultura, pesquisa e criação artística;

XVI. participar ativamente dos Pré-Conselhos e Conselhos de Classe, na busca de alternativas pedagógicas que visem ao aprimoramento do processo educacional, responsabilizando-se pelas informações prestadas e decisões tomadas, as quais serão registradas e assinadas em Ata;

XVII. propiciar ao aluno a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, visando ao exercício consciente da cidadania;

XVIII. zelar pela freqüência do aluno à escola, comunicando qualquer irregularidade à equipe pedagógica;

XIX. cumprir o calendário escolar, quanto aos dias letivos, horas-aula e horas-atividade estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

XX. cumprir suas horas-atividade no âmbito escolar, dedicando-as a estudos, pesquisas e planejamento de atividades docentes, sob orientação da equipe pedagógica, conforme determinações da SEED;

XXI. manter atualizados os Registros de Classe, conforme orientação da equipe pedagógica e secretaria escolar, deixando-os disponíveis no estabelecimento de ensino, conforme Instrução da SEED/DIE;

XXII. participar do planejamento e da realização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;

XXIII. desempenhar o papel de representante de turma, contribuindo para o desenvolvimento do processo educativo;

XXIV. dar cumprimento aos preceitos constitucionais, à legislação educacional em vigor e ao Estatuto da Criança e do Adolescente, como princípios da prática profissional e educativa;



XXV. participar, com a equipe pedagógica, da análise e definição de projetos a serem inseridos no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;

XXVI. comparecer ao estabelecimento de ensino nas horas de trabalho ordinárias que lhe forem atribuídas e nas extraordinárias, quando convocado;

XXVII. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XXVIII. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XXIX. participar da avaliação institucional, conforme orientação da SEED;

XXX. cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

Seção VII

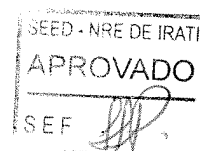
Da Equipe Técnico-Administrativa e dos Assistentes de Execução

Art. 41 A função de técnicos administrativos é exercida por profissionais que atuam nas áreas da secretaria, biblioteca e laboratório de Informática do estabelecimento de ensino.

Art. 42 A função de assistente de execução é exercida por profissional que atua no laboratório de Química, Física e Biologia do estabelecimento de ensino.

Art. 43 O técnico administrativo que atua na secretaria como secretário(a) escolar é indicado pela direção do estabelecimento de ensino e designado por Ato Oficial, conforme normas da SEED.

Parágrafo Único - O serviço da secretaria é coordenado e supervisionado pela direção.



Art. 44 Compete ao Secretário Escolar:

- I. conhecer o Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;
- II. cumprir a legislação em vigor e as instruções normativas emanadas da SEED, que regem o registro escolar do aluno e a vida legal do estabelecimento de ensino;
- III. distribuir as tarefas decorrentes dos encargos da secretaria aos demais técnicos administrativos;
- IV. receber, redigir e expedir a correspondência que lhe for confiada;
- V. organizar e manter atualizados a coletânea de legislação, resoluções, instruções normativas, ordens de serviço, ofícios e demais documentos;
- VI. efetivar e coordenar as atividades administrativas referentes à matrícula, transferência e conclusão de curso;
- VII. elaborar relatórios e processos de ordem administrativa a serem encaminhados às autoridades competentes;
- VIII. encaminhar à direção, em tempo hábil, todos os documentos que devem ser assinados;
- IX. organizar e manter atualizado o arquivo escolar ativo e conservar o inativo, de forma a permitir, em qualquer época, a verificação da identidade e da regularidade da vida escolar do aluno e da autenticidade dos documentos escolares;
- X. responsabilizar-se pela guarda e expedição da documentação escolar do aluno, respondendo por qualquer irregularidade;
- XI. manter atualizados os registros escolares dos alunos no sistema informatizado;
- XII. organizar e manter atualizado o arquivo com os atos oficiais da vida legal da escola, referentes à sua estrutura e funcionamento;
- XIII. atender a comunidade escolar, na área de sua competência,



prestando informações e orientações sobre a legislação vigente e a organização e funcionamento do estabelecimento de ensino, conforme disposições do Regimento Escolar;

XIV. zelar pelo uso adequado e conservação dos materiais e equipamentos da secretaria;

XV. orientar os professores quanto ao prazo de entrega do Livro Registro de Classe com os resultados da frequência e do aproveitamento escolar dos alunos;

XVI. cumprir e fazer cumprir as obrigações inerentes às atividades administrativas da secretaria, quanto ao registro escolar do aluno referente à documentação comprobatória, de adaptação, aproveitamento de estudos, classificação, reclassificação e regularização de vida escolar;

XVII. organizar o livro-ponto de professores e funcionários, encaminhando ao setor competente a sua frequência, em formulário próprio;

XVIII. secretariar os Conselhos de Classe e reuniões, redigindo as respectivas Atas;

XIX. conferir, registrar e/ou patrimoniar materiais e equipamentos recebidos;

XX. comunicar imediatamente à direção toda irregularidade que venha ocorrer na secretaria da escola;

XXI. participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;

XXII. organizar a documentação dos alunos matriculados no ensino extracurricular (CELEM,) quando desta oferta no estabelecimento de ensino;

XXIII. manter atualizado o Sistema de Controle e Remanejamento dos Livros Didáticos;

XXIV. fornecer dados estatísticos inerentes às atividades da secretaria escolar, quando solicitado;



XXV. participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;

XXVI. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XXVII. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XXVIII. participar das atribuições decorrentes do Regimento Escolar e exercer as específicas da sua função.

Art. 45 Compete aos técnicos administrativos que atuam na secretaria dos estabelecimentos de ensino, sob a coordenação do(a) secretário(a):

I. cumprir as obrigações inerentes às atividades administrativas da secretaria, quanto ao registro escolar do aluno referente à documentação comprobatória, necessidades de adaptação, aproveitamento de estudos, classificação, reclassificação e regularização de vida escolar;

II. atender à comunidade escolar e demais interessados, prestando informações e orientações;

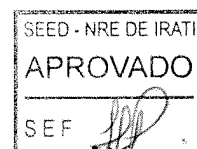
III. cumprir a escala de trabalho que lhe for previamente estabelecida;

IV. participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;

V. controlar a entrada e saída de documentos escolares, prestando informações sobre os mesmos a quem de direito;

VI. organizar, em colaboração com o(a) secretário(a) escolar, os serviços do seu setor;

VII. efetivar os registros na documentação oficial como Ficha Individual, Histórico Escolar, Boletins, Certificados, Diplomas e outros, garantindo sua idoneidade;



VIII. organizar e manter atualizado o arquivo ativo e conservar o arquivo inativo da escola;

IX. classificar, protocolar e arquivar documentos e correspondências, registrando a movimentação de expedientes;

X. realizar serviços auxiliares relativos à parte financeira, contábil e patrimonial do estabelecimento, sempre que solicitado;

XI. coletar e digitar dados estatísticos quanto à avaliação escolar, alimentando e atualizando o sistema informatizado;

XII. executar trabalho de mecanografia, reprografia e digitação;

XIII. participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;

XIV. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XV. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XVI. exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função.

Art. 46 Compete ao técnico administrativo que atua na biblioteca escolar, indicado pela direção do estabelecimento de ensino:

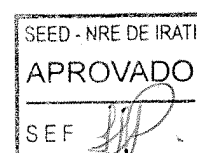
I. cumprir e fazer cumprir o Regulamento de uso da biblioteca, assegurando organização e funcionamento;

II. atender a comunidade escolar, disponibilizando e controlando o empréstimo de livros, de acordo com Regulamento próprio;

III. auxiliar na implementação dos projetos de leitura previstos na proposta pedagógica curricular do estabelecimento de ensino;

IV. auxiliar na organização do acervo de livros, revistas, gibis, vídeos, DVDs, entre outros;

V. encaminhar à direção sugestão de atualização do acervo, a partir das necessidades indicadas pelos usuários;



- VI. zelar pela preservação, conservação e restauro do acervo;
- VII. registrar o acervo bibliográfico e dar baixa, sempre que necessário;
- VIII. receber, organizar e controlar o material de consumo e equipamentos da biblioteca;
- IX. manusear e operar adequadamente os equipamentos e materiais, zelando pela sua manutenção;
- X. participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;
- XI. auxiliar na distribuição e recolhimento do livro didático;
- XII. participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;
- XIII. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;
- XIV. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;
- XV. exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função.

Art. 47 Compete ao técnico administrativo indicado pela direção para atuar no laboratório de Informática do estabelecimento de ensino:

- I. cumprir e fazer cumprir Regulamento de uso do laboratório de Informática, assessorando na sua organização e funcionamento;
- II. auxiliar o corpo docente e discente nos procedimentos de manuseio de materiais e equipamentos de informática;
- III. preparar e disponibilizar os equipamentos de informática e materiais necessários para a realização de atividades práticas de ensino no laboratório;
- IV. assistir aos professores e alunos durante a aula de Informática no laboratório;



V. zelar pela manutenção, limpeza e segurança dos equipamentos;

VI. participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;

VII. receber, organizar e controlar o material de consumo e equipamentos do laboratório de Informática;

VIII. participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;

IX. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

X. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XI. exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função.

Art. 48 Compete ao assistente de execução que atua no laboratório de Química, Física e Biologia do estabelecimento de ensino:

I. cumprir e fazer cumprir o Regulamento de uso do laboratório de Química, Física e Biologia;

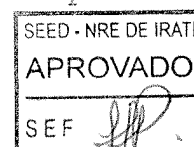
II. aplicar, em regime de cooperação e de co-responsabilidade com o corpo docente e discente, normas de segurança para o manuseio de materiais e equipamentos;

III. preparar e disponibilizar materiais de consumo e equipamentos para a realização de atividades práticas de ensino;

IV. receber, controlar e armazenar materiais de consumo e equipamentos do laboratório;

V. utilizar as normas básicas de manuseio de instrumentos e equipamentos do laboratório;

VI. assistir aos professores e alunos durante as aulas práticas do laboratório;



VII. zelar pela manutenção, limpeza e segurança dos materiais de consumo, instrumentos e equipamentos de uso do laboratório;

VIII. participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;

IX. comunicar imediatamente à direção qualquer irregularidade, incidente e/ou acidente ocorridos no laboratório;

X. manter atualizado o inventário de instrumentos, ferramentas, equipamentos, solventes, reagentes e demais materiais de consumo;

XI. participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;

XII. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XIII. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XIV. participar das atribuições decorrentes do Regimento Escolar e exercer as específicas da sua função.

Seção VIII

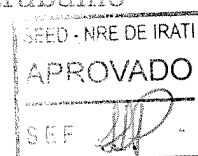
Da Equipe Auxiliar Operacional

Art. 49 O auxiliar operacional tem a seu encargo os serviços de conservação, manutenção, preservação, segurança e da alimentação escolar, no âmbito escolar, sendo coordenado e supervisionado pela direção do estabelecimento de ensino.

Art. 50 Compete ao auxiliar operacional que atua na limpeza, organização e preservação do ambiente escolar e de seus utensílios e instalações:



- I. zelar pelo ambiente físico da escola e de suas instalações, cumprindo as normas estabelecidas na legislação sanitária vigente;
- II. utilizar o material de limpeza sem desperdícios e comunicar à direção, com antecedência, a necessidade de reposição dos produtos;
- III. zelar pela conservação do patrimônio escolar, comunicando qualquer irregularidade à direção;
- IV. auxiliar na vigilância da movimentação dos alunos em horários de recreio, de início e de término dos períodos, mantendo a ordem e a segurança dos estudantes, quando solicitado pela direção;
- V. atender adequadamente aos alunos com necessidades educacionais especiais temporárias ou permanentes, que demandam apoio de locomoção, de higiene e de alimentação;
- VI. auxiliar na locomoção dos alunos que fazem uso de cadeira de rodas, andadores, muletas, e outros facilitadores, viabilizando a acessibilidade e a participação no ambiente escolar;
- VII. auxiliar os alunos com necessidades educacionais especiais quanto a alimentação durante o recreio, atendimento às necessidades básicas de higiene e as correspondentes ao uso do banheiro;
- VIII. auxiliar nos serviços correlatos à sua função, participando das diversas atividades escolares;
- IX. cumprir integralmente seu horário de trabalho e as escalas previstas, respeitado o seu período de férias;
- X. participar de eventos, cursos, reuniões sempre que convocado ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional;
- XI. coletar lixo de todos os ambientes do estabelecimento de ensino, dando-lhe o devido destino, conforme exigências sanitárias;
- XII. participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;
- XIII. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;
- XIV. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho



com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XV. exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função.

Art. 51 São atribuições do auxiliar operacional, que atua na cozinha do estabelecimento de ensino:

I. zelar pelo ambiente da cozinha e por suas instalações e utensílios, cumprindo as normas estabelecidas na legislação sanitária em vigor;

II. selecionar e preparar a merenda escolar balanceada, observando padrões de qualidade nutricional;

III. servir a merenda escolar, observando os cuidados básicos de higiene e segurança;

IV. informar ao diretor do estabelecimento de ensino da necessidade de reposição do estoque da merenda escolar;

V. conservar o local de preparação, manuseio e armazenamento da merenda escolar, conforme legislação sanitária em vigor;

VI. zelar pela organização e limpeza do refeitório, da cozinha e do depósito da merenda escolar;

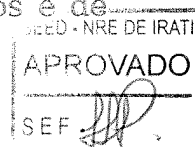
VII. receber, armazenar e prestar contas de todo material adquirido para a cozinha e da merenda escolar;

VIII. cumprir integralmente seu horário de trabalho e as escalas previstas, respeitado o seu período de férias;

IX. participar de eventos, cursos, reuniões sempre que convocado ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional;

X. auxiliar nos demais serviços correlatos à sua função, sempre que se fizer necessário;

XI. respeitar as normas de segurança ao manusear fogões, aparelhos de preparação ou manipulação de gêneros alimentícios e de



refrigeração;

XII. participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;

XIII. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XIV. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XV. participar das atribuições decorrentes do Regimento Escolar e exercer as específicas da sua função.

Art. 52 São atribuições do auxiliar operacional que atua na área de vigilância da movimentação dos alunos nos espaços escolares:

I. coordenar e orientar a movimentação dos alunos, desde o início até o término dos períodos de atividades escolares;

II. zelar pela segurança individual e coletiva, orientando os alunos sobre as normas disciplinares para manter a ordem e prevenir acidentes no estabelecimento de ensino;

III. comunicar imediatamente à direção situações que evidenciem riscos à segurança dos alunos;

IV. percorrer as diversas dependências do estabelecimento, observando os alunos quanto às necessidades de orientação e auxílio em situações irregulares;

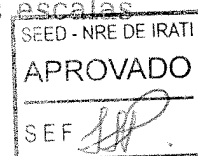
V. encaminhar ao setor competente do estabelecimento de ensino os alunos que necessitarem de orientação ou atendimento;

VI. observar a entrada e a saída dos alunos para prevenir acidentes e irregularidades;

VII. acompanhar as turmas de alunos em atividades escolares externas, quando se fizer necessário;

VIII. auxiliar a direção, equipe pedagógica, docentes e secretaria na divulgação de comunicados no âmbito escolar;

IX. cumprir integralmente seu horário de trabalho e as escalas



previstas, respeitado o seu período de férias;

X. participar de eventos, cursos, reuniões sempre que convocado ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional;

XI. zelar pela preservação do ambiente físico, instalações, equipamentos e materiais didático-pedagógicos;

XII. auxiliar a equipe pedagógica no remanejamento, organização e instalação de equipamentos e materiais didático-pedagógicos;

XIII. atender e identificar visitantes, prestando informações e orientações quanto à estrutura física e setores do estabelecimento de ensino;

XIV. participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;

XV. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XVI. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

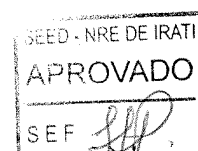
XVII. participar das atribuições decorrentes do Regimento Escolar e exercer as específicas da sua função.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Art. 53 A organização didático-pedagógica é entendida como conjunto de decisões coletivas, necessárias à realização das atividades escolares, para garantir o processo pedagógico da escola.

Art. 54 A organização didático-pedagógica é constituída pelos seguintes componentes:



- I. dos níveis e modalidades de ensino da Educação Básica;
- II. dos fins e objetivos da Educação Básica em cada nível e modalidade de ensino;
- III. da organização curricular, estrutura e funcionamento;
- IV. da matrícula;
- V. do processo de classificação;
- VI. do processo de reclassificação;
- VII. da transferência;
- VIII. da progressão parcial;
- IX. da frequência;
- X. da avaliação, da recuperação de estudos e da promoção;
- XI. do aproveitamento de estudos;
- XII. da adaptação;
- XIII. da revalidação e equivalência;
- XIV. da regularização da vida escolar;
- XV. do calendário escolar;
- XVI. dos registros e arquivos escolares;
- XVII. da eliminação de documentos escolares;
- XVIII. da avaliação institucional;
- XIX. dos espaços pedagógicos.

Seção I

Dos Níveis e Modalidades de Ensino da Educação Básica

Art. 55 O estabelecimento de ensino oferta:

- I. Ensino Fundamental: 5ª a 8ª séries de 8 anos;
- II. Ensino Médio;
- III. Educação Especial Sala de Recursos: Área de Deficiência Intelectual, Superdotação ou Altas Habilidades.



Seção II

Dos Fins e Objetivos da Educação Básica de cada Nível e Modalidade de Ensino

Art. 56 O estabelecimento de ensino oferece a Educação Básica com base nos seguintes princípios das Constituições Federal e Estadual:

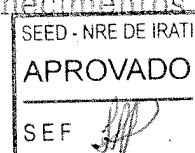
- I. igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, vedada qualquer forma de discriminação e segregação;
- II. gratuidade de ensino, com isenção de taxas e contribuições de qualquer natureza vinculadas à matrícula;
- III. garantia de uma Educação Básica igualitária e de qualidade.

Art. 57 O Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, tem por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- I. o desenvolvimento da cognição, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II. a compreensão do ambiente natural e sociocultural, dos espaços e das relações socioeconômicas e políticas, da tecnologia e seus usos, das artes e dos princípios em que se fundamentam as sociedades;
- III. o fortalecimento dos vínculos de família e da humanização das relações em que se assenta a vida social;
- IV. a valorização da cultura local/regional e suas múltiplas relações com os contextos nacional/global;
- V. o respeito à diversidade étnica, de gênero e de orientação sexual, de credo, de ideologia e de condição socioeconômica.

Art. 58 O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos, tem como finalidade:

- I. a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos



adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II. a formação que possibilite ao aluno, no final do curso, compreender o mundo em que vive em sua complexidade, para que possa nele atuar com vistas à sua transformação;

III. o aprimoramento do aluno como cidadão consciente, com formação ética, autonomia intelectual e pensamento crítico;

IV. a compreensão do conhecimento historicamente construído, nas suas dimensões filosófica, artística e científica, em sua interdependência nas diferentes disciplinas.

Art. 59 Ao final do Ensino Médio o aluno deve demonstrar:

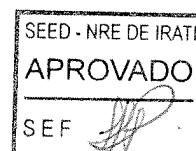
I. domínio dos princípios científicos, tecnológicos e do legado filosófico e artístico da sociedade, que possibilite a compreensão da complexidade histórico social da mesma conhecendo o movimento do mundo trabalho e as características dos processos produtivos;

II. conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

III. compreensão crítica das relações e da estrutura social, das desigualdades e dos processos de mudança, da diversidade cultural e da ideologia frente aos intensos processos de mundialização, desenvolvimento tecnológico e aprofundamento das formas de exclusão;

IV. percepção própria, como indivíduo e personagem social, com consciência, reconhecimento da identidade social e uma compreensão crítica da relação homem-mundo.

Art. 60 A Educação Especial tem como finalidade assegurar educação de qualidade a todos os alunos com necessidades educacionais especiais, em todas as etapas da Educação Básica, oferecendo apoio, complementação, suplementação e/ou substituição dos serviços educacionais regulares.



Seção III

Da Organização Curricular, Estrutura e Funcionamento

Art. 61 A organização do trabalho pedagógico em todos os níveis e modalidades de ensino segue as orientações expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais.

Art. 62 O regime da oferta da Educação Básica é de forma presencial, com a seguinte organização:

- I. por séries, nos anos finais do Ensino Fundamental; +
- II. por série, no Ensino Médio;
- III. por Serviços Especializados, conforme especificidade de cada área, na modalidade de Educação Especial.

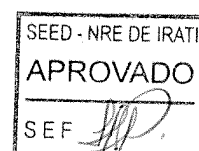
Art. 63 Os conteúdos curriculares na Educação Básica observam:

- I. difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;
- II. respeito à diversidade;
- III. orientação para o trabalho.

Art. 64 O estabelecimento de ensino oferta o Ensino Fundamental organizado em:

- I. anos finais, em regime de série, com 4 (quatro) anos de duração, perfazendo um total de 3.200 horas.

Art. 65 Os conteúdos e componentes curriculares estão organizados na Proposta Pedagógica Curricular, inclusa no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino, em conformidade com as Diretrizes Nacionais e Estaduais.



Parágrafo Único – Os conteúdos curriculares estão organizados por disciplinas para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Art. 66 O estabelecimento de ensino oferta:

I. Sala de Recursos na área de Deficiência Intelectual, Superdotação ou Altas Habilidades para o Ensino Fundamental.

Art. 67 Na organização curricular para os anos finais do Ensino Fundamental consta:

I. Base Nacional Comum constituída pelas disciplinas de Artes, Ciências, Educação Física, Ensino Religioso, Geografia, História, Matemática e Língua Portuguesa e de uma Parte Diversificada, constituída por Língua Estrangeira Moderna Inglês;

II. Ensino Religioso, como disciplina integrante da Matriz Curricular do estabelecimento de ensino, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo;

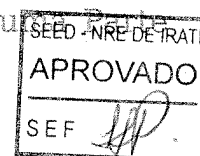
III. História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, Sexualidade Humana, Educação Ambiental, Educação Fiscal e Enfrentamento à Violência contra a Criança e o Adolescente, como temáticas trabalhadas ao longo do ano letivo, em todas as disciplinas;

IV. conteúdos de História do Paraná na disciplina de História.

Art. 68 O estabelecimento de ensino oferta o Ensino Médio, com duração de três anos, perfazendo um mínimo de 2.400 horas.

Art. 69 Na organização curricular do Ensino Médio consta:

I. Base Nacional Comum constituída pelas disciplinas de Arte, Biologia, Química, Física, História, Geografia, Educação Física, Filosofia, Sociologia, Língua Portuguesa e Matemática e de u



Diversificada constituída por Língua Estrangeira Moderna Inglês;

II. História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, Sexualidade Humana, Educação Ambiental, Educação Fiscal e Enfrentamento à Violência contra a Criança e o Adolescente, como temáticas trabalhadas ao longo do ano letivo, em todas as disciplinas;

III. conteúdos de História do Paraná na disciplina de História.

Art. 70 As atividades de estágio, obrigatório ou não, previstas e desenvolvidas nos cursos do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial, são consideradas curriculares, configurando-se como Ato Educativo.

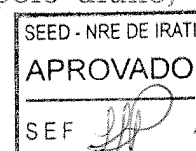
Art. 71 Serão considerados estagiários os alunos matriculados e freqüentes no Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial que tenham no mínimo 16 anos na data de início do estágio.

Art. 72 O Estágio Profissional não obrigatório, incluído na Proposta Curricular do Curso, opcional para os alunos, terá registrada no Histórico Escolar a carga horária efetivamente realizada.

Art. 73 O Estágio do Ensino Médio e nas suas modalidades, assumido pela escola a partir da demanda dos alunos ou de organizações da comunidade, objetivando a participação do Serviço Social, voluntário ou obrigatório, sem fins lucrativos, terá registrada no Histórico Escolar do aluno a carga horária efetivamente realizada.

Art. 74 Oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais, nas áreas de Deficiência Intelectual, Superdotação ou Altas Habilidades.

Parágrafo Único - As necessidades educacionais especiais são definidas pelos distúrbios de aprendizagem apresentados pelo aluno,



em caráter temporário ou permanente, e pelos recursos e apoios proporcionados, objetivando a remoção das barreiras para a aprendizagem e participação e o enriquecimento curricular para alunos com superdotação ou altas habilidades.

Art. 75 A organização da Proposta Pedagógica Curricular toma como base as normas e Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais, observando o princípio da flexibilização e garantindo o atendimento pedagógico especializado para atender às necessidades educacionais especiais de seus alunos.

Seção IV **Da Matrícula**

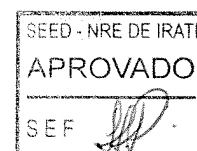
Art. 76 A matrícula é o ato formal que vincula o aluno ao estabelecimento de ensino, conferindo-lhe a condição de aluno.

Parágrafo Único - É vedada a cobrança de taxas e/ou contribuições de qualquer natureza vinculadas à matrícula;

Art. 77 O estabelecimento de ensino assegura matrícula inicial ou em curso, conforme normas estabelecidas na legislação em vigor e nas instruções da SEED.

Art. 78 A matrícula deve ser requerida pelo interessado ou seu responsável, quando menor de 18 (dezoito anos), sendo necessária a apresentação dos seguintes documentos:

- I. Certidão de Nascimento ou Carteira de Identidade – RG, para alunos maiores de 16 (dezesseis) anos, cópia e original;
- II. Comprovante de residência, prioritariamente a fatura de energia elétrica, cópia e original;
- III. Carteira de Vacinação para séries do Ensino Fundamental e



Ensino Médio;

IV. Histórico Escolar ou Declaração de escolaridade da escola de origem, esta com o Código Geral de Matrícula - CGM, quando aluno oriundo da rede estadual;

V. Matriz Curricular, quando a transferência for para o 2º ou 3º ano do Ensino Médio.

§ 1º - O aluno oriundo da rede estadual de ensino deve apresentar também a documentação específica, disposta nas Instruções Normativas de matrícula emanadas anualmente da SEED.

§ 2º - Na impossibilidade de apresentação de quaisquer documentos citados neste artigo, o aluno ou seu responsável será orientado e encaminhado aos órgãos competentes para as devidas providências.

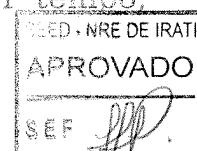
Art. 79 A matrícula é deferida pelo diretor, conforme prazo estabelecido na legislação vigente.

Art. 80 No ato da matrícula, o aluno ou seu responsável será informado sobre o funcionamento do estabelecimento de ensino e sua organização, conforme o Projeto Político-Pedagógico, Regimento Escolar, Estatutos e Regulamentos Internos, a aceitação dos mesmos e o compromisso de cumpri-los integralmente.

Art. 81 No ato da matrícula, o aluno ou seu responsável deverá autodeclarar seu pertencimento Étnico-Racial, pela frequência ou não na disciplina de Ensino Religioso.

Art. 82 O período de matrícula será estabelecido pela SEED, por meio de Instruções Normativas.

Art. 83 Ao aluno não vinculado a qualquer estabelecimento de ensino assegura-se a possibilidade de matrícula em qualquer tempo,



desde que se submeta a processo de classificação, aproveitamento de estudos e adaptação, previstos no presente Regimento Escolar, conforme legislação vigente.

§ 1º - O controle de freqüência far-se-á a partir da data da efetivação da matrícula, sendo exigida freqüência mínima de 75% do total da carga horária restante da série.

§ 2º - O contido no caput desse artigo é extensivo a todo estrangeiro, independentemente de sua condição legal, exceto para a primeira série/ano do Ensino Fundamental.

Art. 84 O ingresso no Ensino Fundamental será de acordo com a legislação vigente no estado.

Art. 85 O ingresso no Ensino Médio é permitido:

I. aos concluintes do Ensino Fundamental ou seu correspondente legal, ofertado por estabelecimento de ensino regularmente autorizado a funcionar;

II. aos concluintes de estudos equivalentes aos de Ensino Fundamental reconhecidos pelo Conselho Estadual de Educação.

Art. 86 Os alunos com necessidades educacionais especiais serão matriculados em todos os níveis e modalidades de ensino, respeitado o seu direito a atendimento adequado, pelos serviços e apoios especializados.

Seção V

Do Processo de Classificação

Art. 87 A classificação no Ensino Fundamental e Médio é o procedimento que o estabelecimento de ensino adota para posicionar o aluno na etapa de estudos compatível com a idade, experiência e



desenvolvimento adquiridos por meios formais ou informais, podendo ser realizada:

I. por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;

II. por transferência, para os alunos procedentes de outras escolas, do país ou do exterior, considerando a classificação da escola de origem;

III. independentemente da escolarização anterior, mediante avaliação para posicionar o aluno na série, ciclo, disciplina ou etapa compatível ao seu grau de desenvolvimento e experiência, adquiridos por meios formais ou informais.

Art. 88 A classificação tem caráter pedagógico centrado na aprendizagem, e exige as seguintes ações para resguardar os direitos dos alunos, das escolas e dos profissionais:

I. organizar comissão formada por docentes, pedagogos e direção da escola para efetivar o processo;

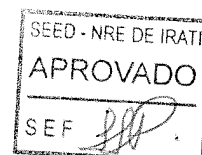
II. proceder avaliação diagnóstica, documentada pelo professor ou equipe pedagógica;

III. comunicar o aluno e/ou responsável a respeito do processo a ser iniciado, para obter o respectivo consentimento;

IV. arquivar Atas, provas, trabalhos ou outros instrumentos utilizados;

V. registrar os resultados no Histórico Escolar do aluno e em ata.

Art. 89 É vedada a classificação para ingresso no ano inicial do Ensino Fundamental.



Seção VI

Do Processo de Reclassificação

Art. 90 A reclassificação é o processo pelo qual o estabelecimento de ensino avalia o grau de experiência do aluno matriculado, preferencialmente no início do ano, levando em conta as normas curriculares gerais, a fim de encaminhá-lo à etapa de estudos compatível com sua experiência e desenvolvimento, independentemente do que registre o seu Histórico Escolar.

Art. 91 Cabe aos professores, ao verificarem as possibilidades de avanço na aprendizagem do aluno, devidamente matriculado e com frequência na série/disciplina, dar conhecimento à equipe pedagógica para que a mesma possa iniciar o processo de reclassificação.

Parágrafo Único – Os alunos, quando maior, ou seus responsáveis, poderão solicitar aceleração de estudos através do processo de reclassificação, facultando à escola aprová-lo ou não.

Art. 92 A equipe pedagógica comunicará, com a devida antecedência, ao aluno e/ou seus responsáveis, os procedimentos próprios do processo a ser iniciado, a fim de obter o devido consentimento.

Art. 93 A equipe pedagógica do estabelecimento de ensino, assessorada pela equipe do Núcleo Regional de Educação, instituirá Comissão, conforme orientações emanadas da SEED, a fim de discutir as evidências e documentos que comprovem a necessidade da reclassificação.

Art. 94 Cabe à Comissão elaborar relatório dos assuntos tratados nas reuniões, anexando os documentos que registrem os procedimentos avaliativos realizados, para que sejam arquivados na Pasta Individual do aluno.



Art. 95 O aluno reclassificado deve ser acompanhado pela equipe pedagógica, durante dois anos, quanto aos seus resultados de aprendizagem.

Art. 96 O resultado do processo de reclassificação será registrado em Ata e integrará a Pasta Individual do aluno.

Art. 97 O resultado final do processo de reclassificação realizado pelo estabelecimento de ensino será registrado no Relatório Final, a ser encaminhado à SEED.

Art. 98 A reclassificação é vedada para a etapa inferior à anteriormente cursada.

Seção VII

Da Transferência

Art. 99 A matrícula por transferência ocorre quando o aluno, ao se desvincular de um estabelecimento de ensino, vincula-se, ato contínuo, a outro, para prosseguimento dos estudos em curso.

Art. 100 A matrícula por transferência é assegurada no estabelecimento de ensino, aos alunos que se desvincularam de outro, devidamente integrado ao sistema de ensino, mediante apresentação da documentação de transferência, com aproveitamento e assiduidade do aluno, com observância da proximidade residencial.

Art. 101 Os registros do estabelecimento de ensino de origem serão transpostos ao estabelecimento de destino, sem modificações.

Parágrafo Único - Antes de efetivar a matrícula, se necessário, solicitar à escola de origem os dados para a interpretação dos registros.



referentes ao aproveitamento escolar e assiduidade do aluno.

Art. 102 As transferências de alunos com dependência em até três disciplinas serão aceitas e deverão ser cumpridas mediante plano especial de estudos.

Art. 103 O aluno, ao se transferir do estabelecimento de ensino, receberá a documentação escolar necessária para matrícula no estabelecimento de destino, devidamente assinada.

§ 1º - No caso de transferência em curso, será entregue ao aluno:

- I. Histórico Escolar das séries concluídas;
- II. Ficha Individual referente à série em curso.

§ 2º - Na impossibilidade da emissão dos documentos, no ato da solicitação da transferência, o estabelecimento fornecerá Declaração de Escolaridade, anexando cópia da Matriz Curricular e compromisso de expedição de documento definitivo no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º - À documentação dos alunos que freqüentam os serviços de Apoios da Educação Especial, além dos documentos da classe comum, deverão ser acrescentadas cópias do relatório da avaliação pedagógica no contexto escolar e cópia do último relatório de acompanhamento semestral realizado pelo professor do Serviço ou Apoio Especializado.

Seção VIII

Da Progressão Parcial

Art. 104 O estabelecimento de ensino não oferta aos seus alunos matrícula com Progressão Parcial.

Parágrafo Único - As transferências recebidas de alunos com dependência em até três disciplinas serão aceitas e deverão ser cumpridas mediante plano especial de estudos.



Seção IX
Da Frequência

Art. 105 É obrigatória, ao aluno, a frequência mínima de 75% do total da carga horária do período letivo, para fins de promoção.

Art. 106 É assegurado o regime de exercícios domiciliares, com acompanhamento pedagógico do estabelecimento de ensino, como forma de compensação da ausência às aulas, aos alunos que apresentarem impedimento de frequência, conforme as seguintes condições, previstas na legislação vigente:

- I. portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismos ou outras condições mórbidas;
- II. gestantes.

Art. 107 É assegurado o abono de faltas ao aluno que estiver matriculado em Órgão de Formação de Reserva e que seja obrigado a faltar a suas atividades civis, por força de exercícios ou manobras, ou reservista que seja chamado para fins de exercício de apresentação das reservas ou cerimônias cívicas, do Dia do Reservista.

Parágrafo Único - As faltas tratadas no caput deste artigo deverão ser assentadas no Livro Registro de Classe, porém, não serão consideradas no cômputo geral das faltas.

Art. 108 A relação de alunos, quando menores de idade, que apresentarem faltas em 05 dias consecutivos ou 07 alternados, esgotadas as iniciativas pedagógicas que possibilitem o retorno do aluno, será preenchida a ficha FICA e será encaminhada ao Conselho Tutelar do município, ou ao Juiz competente da Comarca ou do Ministério Público.

Art. 109 As faltas ocasionadas por participação em eventos



vinculados à SEED deverão ser registradas de acordo com a legislação vigente.

Seção X

Da Avaliação da Aprendizagem, da Recuperação de Estudos e da Promoção

Art. 110 A avaliação é uma prática pedagógica intrínseca ao processo ensino e aprendizagem, com a função de diagnosticar o nível de apropriação do conhecimento pelo aluno.

Art. 111 A avaliação é contínua, cumulativa e processual devendo refletir o desenvolvimento global do aluno e considerar as características individuais deste no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Parágrafo Único - Dar-se-á relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração pessoal, sobre a memorização.

Art. 112 A avaliação é realizada em função dos conteúdos, utilizando métodos e instrumentos diversificados, coerentes com as concepções e finalidades educativas expressas no Projeto Político-Pedagógico da escola.

Parágrafo Único - É vedado submeter o aluno a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação.

Art. 113 Os critérios de avaliação do aproveitamento escolar serão elaborados em consonância com a organização curricular e descritos no Projeto Político-Pedagógico.

Art. 114 A avaliação deverá utilizar procedimentos



assegurem o acompanhamento do pleno desenvolvimento do aluno, evitando-se a comparação dos alunos entre si.

Art. 115 O processo de avaliação sendo diagnóstico e contínuo, acontecerá através da observação da oralidade, dos trabalhos propostos em classe, debates, problematização, exposição interativa - dialogada, dramatizações, desenhos, seminários, socialização para trabalhos em grupos, realização de trabalhos em classe e extra classe (com observação nos acertos e também nos erros, como material de análise), relatórios, produções de textos, interpretações, pesquisas, entrevistas e atividades práticas (experiências), testes orais e escritos.

Art. 116 O resultado da avaliação deve proporcionar dados que permitam a reflexão sobre a ação pedagógica, contribuindo para que a escola possa reorganizar conteúdos/instrumentos/métodos de ensino.

Art. 117 Na avaliação do aluno devem ser considerados os resultados obtidos durante todo o período letivo, num processo contínuo, expressando o seu desenvolvimento escolar, tomado na sua melhor forma.

Art. 118 Os resultados das atividades avaliativas serão analisados durante o período letivo, pelo aluno e pelo professor, observando os avanços e as necessidades detectadas, para o estabelecimento de novas ações pedagógicas.

Art. 119 A recuperação de estudos é direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos.

Art. 120 A recuperação de estudos dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo ensino e aprendizagem.



Art. 121 A recuperação será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados com a promoção de experiências educativas alternativas que provoquem o estudantes a refletir sobre os conceitos e noções em construção, considerando dúvidas e erros como propulsores da ação educativa.

Parágrafo Único - A proposta de recuperação de estudos deverá indicar a área de estudos e os conteúdos da disciplina.

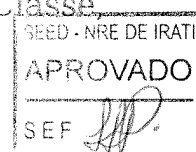
Art. 122 A recuperação de estudos será proposta em momentos planejados e articulados ao andamento do estudo no cotidiano da sala de aula, com gradativos desafios, preferencialmente em pequenos grupos, ou de forma individual como tarefas articuladas e complementares às etapas anteriores, visando sempre maior entendimento e enriquecimento de argumentos.

Art. 123 A recuperação paralela acontecerá a partir de tarefas coletivas e individuais, trabalhos em grupos e individuais, monitorias, retomadas de explicações, exposições interativas, testes escritos, atividades diferenciadas que contemplem as dificuldades apresentadas pelo aluno.

Art. 124 A avaliação da aprendizagem terá os registros de notas expressos em uma escala de 0 (zero) a 10,0 (dez vírgula zero).

Art. 125 Os resultados das avaliações dos alunos serão registrados em documentos próprios, a fim de que sejam asseguradas a regularidade e autenticidade de sua vida escolar.

Parágrafo Único - Os resultados da recuperação serão incorporados às avaliações efetuadas durante o período letivo, constituindo-se em mais um componente do aproveitamento escolar, sendo obrigatória sua anotação no Livro Registro de Classe.



prevalecendo a maior nota entre a avaliação e sua respectiva recuperação.

Art. 126 A promoção é o resultado da avaliação do aproveitamento escolar do aluno, aliada à apuração da sua freqüência.

Art. 127 Na promoção ou certificação de conclusão, para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, a média final mínima exigida é de 6,0 (seis vírgula zero), observando a freqüência mínima exigida por lei.

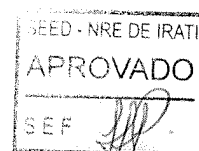
Art. 128 Os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, que apresentarem freqüência mínima de 75% do total de horas letivas e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) em cada disciplina, serão considerados aprovados ao final do ano letivo.

Art. 129 Os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio serão considerados retidos ao final do ano letivo quando apresentarem:

I. freqüência inferior a 75% do total de horas letivas, independentemente do aproveitamento escolar;

II. o aluno que apresentar freqüência igual ou superior a 75% e média inferior a 6,0 após os estudos de recuperação paralela e ao longo da série ou período letivo será submetido à análise do Conselho de Classe que definirá sua aprovação ou não.

Art. 130 Quanto ao número de avaliações, esta será de acordo com a realidade da disciplina, procurando dosar a média, sendo 40% destinada a realização de trabalhos e 60% na realização de testes orais e escritos.



Art. 131 Para os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, a Média Final (M.F.) terá a seguinte fórmula:

$$\text{Média final ou MF} = \frac{1^{\circ} B + 2^{\circ} B + 3^{\circ} B + 4^{\circ} B}{4} = 6,0$$

Art. 132 A recuperação paralela será feita após a retomada dos conteúdos e, imediatamente na seqüência após observados que os objetivos propostos não foram alcançados.

Parágrafo Único - A recuperação de estudos será registrada no livro Registro de Classe ao lado da avaliação que o aluno está recuperando prevalecendo a nota maior.

Art. 133 A disciplina de Ensino Religioso não se constitui em objeto de retenção do aluno, não tendo registro de notas na documentação escolar.

Art. 134 Os resultados obtidos pelo aluno no decorrer do ano letivo serão devidamente inseridos no sistema informatizado, para fins de registro e expedição de documentação escolar.

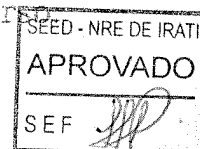
Parágrafo Único - Os alunos com necessidades educativas especiais serão avaliados de acordo com suas especificidades conforme a Lei nº 9394/96 da LDBEN, capítulo 58.

Seção XI

Do Aproveitamento de Estudos

Art. 135 Os estudos concluídos com êxito serão aproveitados.

Parágrafo Único - A carga horária efetivamente cumprida pelo aluno, no estabelecimento de ensino de origem, será transcrita no Histórico Escolar, para fins de cálculo da carga horária total do curso.



Seção XII

Da Adaptação

Art. 136 A adaptação de estudos de disciplinas é atividade didático-pedagógica desenvolvida sem prejuízo das atividades previstas na Proposta Pedagógica Curricular; para que o aluno possa seguir o novo currículo.

Art. 137 A adaptação de estudos far-se-á pela Base Nacional Comum.

Parágrafo Único - Na conclusão do curso, o aluno deverá ter cursado, pelo menos, uma Língua Estrangeira Moderna.

Art. 138 A adaptação de estudos será realizada durante o período letivo.

Art. 139 A efetivação do processo de adaptação será de responsabilidade da equipe pedagógica e docente, que deve especificar as adaptações a que o aluno está sujeito, elaborando um plano próprio, flexível e adequado ao aluno.

Parágrafo Único - Ao final do processo de adaptação, será elaborada Ata de resultados, os quais serão registrados no Histórico Escolar do aluno e no Relatório Final.

Seção XIII

Da Revalidação e Equivalência

Art. 140 O estabelecimento de ensino (credenciado pelo CEE) realizará a revalidação (estudos completos cursados no exterior) referente ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio.



Art. 141 O estabelecimento de ensino, para a equivalência e revalidação de estudos completos e incompletos, deverá observar:

- I. as precauções indispensáveis ao exame da documentação do processo, cujas peças, quando produzidas no exterior, devem ser autenticadas pelo Cônsul brasileiro da jurisdição ou, na impossibilidade, pelo Cônsul do país de origem, exceto para os documentos escolares encaminhados por via diplomática, expedidos na França e nos países do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL;
- II. a existência de acordos e convênios internacionais;
- III. que todos os documentos escolares originais, exceto os de língua espanhola, contenham tradução para o português por tradutor juramentado;
- IV. as normas para transferência e aproveitamento de estudos constantes na legislação vigente.

Art. 142 Alunos que estudaram em estabelecimentos de ensino brasileiros sediados no exterior, desde que devidamente autorizados pelo Conselho Nacional de Educação, não precisam submeter-se aos procedimentos de equivalência e revalidação de estudos.

Parágrafo Único - A documentação escolar do aluno oriundo de escola brasileira sediada no exterior deverá conter o número do parecer do Conselho Nacional de Educação que autorizou o funcionamento da escola no exterior e o visto consular.

Art. 143 Para proceder à equivalência e revalidação de estudos incompletos e completos, o estabelecimento de ensino seguirá as orientações contidas nas instruções emanadas da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 144 O estabelecimento de ensino expedirá certificado de conclusão ao aluno que realizar a revalidação de estudos completos do Ensino Fundamental.



Art. 145 A matrícula no Ensino Médio somente poderá ser efetivada após a revalidação de estudos completos do Ensino Fundamental.

Art. 146 A matrícula do aluno proveniente do exterior, que não apresentar documentação escolar, far-se-á mediante processo de classificação, previsto na legislação vigente.

Art. 147 A matrícula de alunos oriundos do exterior, com período letivo concluído após ultrapassados 25% do total de horas letivas previstas no calendário escolar, far-se-á mediante classificação, aproveitamento e adaptação, previstos na legislação vigente, independentemente da apresentação de documentação escolar de estudos realizados.

Art. 148 O estabelecimento de ensino, ao realizar a equivalência ou revalidação de estudos, emitirá a respectiva documentação.

Art. 149 Efetuada a revalidação ou declarada a equivalência, o ato pertinente será registrado junto ao NRE e os resultados integrarão a documentação do aluno.

Art. 150 O aluno oriundo de país estrangeiro, que não apresentar documentação escolar e condições imediatas para classificação, será matriculado na série compatível com sua idade, em qualquer época do ano.

Parágrafo Único - A escola elaborará plano próprio para o desenvolvimento dos conhecimentos necessários para o prosseguimento de seus estudos.



Seção XIV
Da Regularização de Vida Escolar

Art. 151 O processo de regularização de vida escolar é de responsabilidade do diretor do estabelecimento de ensino, sob a supervisão do Núcleo Regional de Educação, conforme normas do Sistema Estadual de Ensino.

§ 1º - Constatada a irregularidade, o diretor do estabelecimento dará ciência imediata ao Núcleo Regional de Educação.

§ 2º - O Núcleo Regional de Educação acompanhará o processo pedagógico e administrativo, desde a comunicação do fato até a sua conclusão.

§ 3º - Ao Núcleo Regional de Educação cabe a emissão do ato de regularização.

§ 4º - Tratando-se de transferência com irregularidade, caberá à direção da escola registrar os resultados do processo na documentação do aluno.

Art. 152 No caso de irregularidade detectada após o encerramento do curso, o aluno será convocado para exames especiais a serem realizados no estabelecimento de ensino em que concluiu o curso, sob a supervisão do Núcleo Regional de Educação.

§ 1º - Na impossibilidade de serem efetuados os exames especiais no estabelecimento de ensino em que o aluno concluiu o curso, o Núcleo Regional de Educação deverá credenciar estabelecimento devidamente reconhecido.

§ 2º - Sob nenhuma hipótese a regularização da vida escolar acarretará ônus financeiro para o aluno.

Art. 153 No caso de insucesso nos exames especiais, o aluno poderá requerer nova oportunidade, decorridos, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a partir da publicação dos resultados.



Seção XV
Do Calendário Escolar

Art. 154 O Calendário Escolar será elaborado anualmente, conforme normas emanadas da SEED, pelo estabelecimento de ensino, apreciado e aprovado pelo Conselho Escolar e, após, enviado ao órgão competente para análise e homologação, ao final de cada ano letivo anterior à sua vigência.

Art. 155 O calendário escolar atenderá ao disposto na legislação vigente, garantindo o mínimo de horas e dias letivos previstos para cada nível e modalidade.

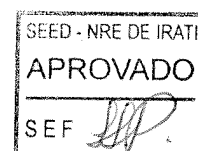
Seção XVI
Dos Registros e Arquivos Escolares

Art. 156 A escrituração e o arquivamento de documentos escolares têm como finalidade assegurar, em qualquer tempo, a verificação de:

- I. identificação de cada aluno;
- II. regularidade de seus estudos;
- III. autenticidade de sua vida escolar.

Art. 157 Os atos escolares, para efeito de registro e arquivamento, são escriturados em livros e fichas padronizadas, observando-se os Regulamentos e disposições legais aplicáveis.

Art. 158 Os livros de escrituração escolar conterão termos de abertura e encerramento, imprescindíveis à identificação e comprovação dos atos que se registrarem, datas e assinaturas que os autentiquem, assegurando, em qualquer tempo, a identidade do aluno, regularidade e autenticidade de sua vida escolar.



Art. 159 O estabelecimento de ensino deverá dispor de documentos escolares para os registros individuais de alunos, professores e outras ocorrências.

Art. 160 São documentos de registro escolar:

- I. Requerimento de Matrícula;
- II. Ficha Individual;
- III. Parecer Descritivo Parcial e Final;
- IV. Histórico Escolar;
- V. Relatório Final;
- VI. Livro Registro de Classe;
- VII. Declaração de Abdicação de vagas.

Seção XVII

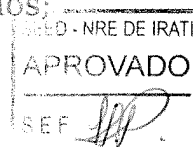
Da Eliminação de Documentos Escolares

Art. 161 A eliminação consiste no ato de destruição por fragmentação de documentos escolares que não necessitam permanecer em arquivo escolar, com observância às normas de preservação ambiental e aos prazos dispostos na legislação em vigor.

Art. 162 A direção do estabelecimento de ensino, periodicamente, determinará a seleção dos documentos existentes nos arquivos escolares, sem relevância probatória, a fim de serem retirados e eliminados.

Art. 163 Podem ser eliminados os seguintes documentos escolares:

- I. pertinentes ao estabelecimento de ensino:
 - a) Livro Registro de Classe, após 5 (cinco) anos;
 - b) planejamentos didático-pedagógicos após 2 (dois) anos;



c) calendários escolares, com as cargas horárias anuais efetivamente cumpridas, após 3 (três) anos.

II. referentes ao corpo docente:

- a) instrumentos utilizados para avaliação, após 2 (dois) anos;
- b) documentos inativos do aluno: Requerimento de Matrícula, após 1 (um) ano; Ficha Individual, após 5 (cinco) anos; e Ficha Individual com requerimento de transferência, após 1 (um) ano.

Art. 164 Para a eliminação dos documentos escolares será lavrada Ata, na qual deverão constar a natureza do documento, o nome do aluno, o ano letivo e demais informações que eventualmente possam auxiliar na identificação dos documentos destruídos.

Parágrafo Único - A referida Ata no caput deste artigo deve ser assinada pelo diretor, secretário e demais funcionários presentes.

Seção XVIII

Da Avaliação Institucional

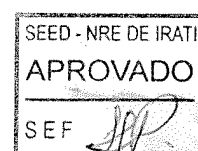
Art. 165 A avaliação institucional ocorrerá por meio de mecanismos criados pelo estabelecimento de ensino e/ou por meio de mecanismos criados pela SEED.

Parágrafo Único - A avaliação institucional ocorrerá anualmente, preferencialmente no fim do ano letivo, e subsidiará a organização do Plano de Ação da Escola no ano subsequente.

Seção XIX

Dos Espaços Pedagógicos

Art. 166 A biblioteca é um espaço pedagógico democrático com acervo bibliográfico à disposição de toda a comunidade escolar.



Art. 167 A biblioteca tem Regulamento específico, elaborado pela equipe pedagógica e aprovado pelo Conselho Escolar, no qual consta sua organização e funcionamento.

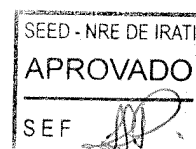
Parágrafo Único - A biblioteca estará sob a responsabilidade de integrante do quadro técnico-administrativo, indicado pela direção, o qual tem suas atribuições especificadas na Seção VII, Capítulo I, Título II, deste Regimento Escolar.

Art. 168 O laboratório de Química, Física e Biologia é um espaço pedagógico para uso dos professores e alunos, com Regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Escolar, que tem por finalidade auxiliar a compreensão de conteúdos trabalhados nas disciplinas.

Parágrafo Único - O profissional responsável pelo laboratório de Química, Física e Biologia tem suas atribuições especificadas na Seção VII, Capítulo I, Título II, deste Regimento Escolar.

Art. 169 O laboratório de Informática é um espaço pedagógico para uso dos professores e alunos, com Regulamento próprio aprovado pelo Conselho Escolar, que tem por finalidade auxiliar a compreensão de conteúdos trabalhados nas diferentes disciplinas do Ensino Fundamental e Médio, como uma alternativa metodológica diferenciada.

Parágrafo Único - O laboratório de Informática é de responsabilidade de integrante do quadro técnico-administrativo, indicado pela direção, com domínio básico da ferramenta, e suas atribuições estão especificadas na Seção VII, Capítulo I, Título II, deste Regimento Escolar.



TÍTULO III
DIREITOS E DEVERES DA COMUNIDADE ESCOLAR
CAPÍTULO I
DOS DIREITOS, DEVERES E PROIBIÇÕES DOS DOCENTES,
EQUIPE
PEDAGÓGICA E DIREÇÃO

Seção I
Dos Direitos

Art. 170 Aos docentes, equipe pedagógica e direção, além dos direitos que lhes são assegurados pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná - Lei nº 6.174/70 e Estatuto do Magistério - Lei Complementar nº 07/76, são garantidos os seguintes direitos:

I. ser respeitado na condição de profissional atuante na área da educação e no desempenho de suas funções;

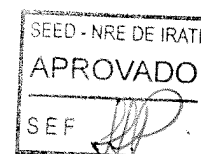
II. participar da elaboração e implementação do Projeto Político- Pedagógico da escola, Regimento Escolar e Regulamentos Internos;

III. participar de grupos de estudos, encontros, cursos, seminários e outros eventos, ofertados pela SEED e pelo próprio estabelecimento de ensino, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento profissional;

IV .propor aos diversos setores do estabelecimento de ensino ações que viabilizem um melhor funcionamento das atividades;

V. requisitar ao setor competente o material necessário à sua atividade, dentro das possibilidades do estabelecimento de ensino;

VI. propor ações que objetivem o aprimoramento dos procedimentos de ensino, da avaliação do processo pedagógico, da administração, da disciplina e das relações de trabalho no estabelecimento de ensino;



VII. utilizar-se das dependências e dos recursos materiais da escola para o desenvolvimento de suas atividades;

VIII. ter assegurado o direito de votar e/ou ser votado como representante no Conselho Escolar e associações afins;

IX. participar de associações e/ou agremiações afins;

X. participar da definição da Proposta Pedagógica Curricular da escola e sua Matriz Curricular, conforme normas emanadas da SEED;

XI. ter assegurado, pelo mantenedor, o processo de formação continuada;

XII. ter acesso às orientações e normas emanadas da SEED;

XIII. participar da Avaliação Institucional, conforme orientação da SEED;

XIV. tomar conhecimento das disposições do Regimento Escolar e do(s) Regulamento(s) Interno(s) do estabelecimento de ensino;

XV. compor equipe multidisciplinar, para orientar e auxiliar o desenvolvimento das ações relativas à Educação das Relações Étnico-Raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, ao longo do período letivo;

XVI. ter assegurado gozo de férias previsto em lei.

Seção II

Dos Deveres

Art. 171 Aos docentes, equipe pedagógica e direção, além das atribuições previstas no Capítulo I do Título II, deste Regimento Escolar, compete:

I. possibilitar que o estabelecimento de ensino cumpra a sua função, no âmbito de sua competência;

II. desempenhar sua função de modo a assegurar o princípio constitucional de igualdade de condições para o acesso e a



permanência do aluno no estabelecimento de ensino;

III. elaborar exercícios domiciliares aos alunos impossibilitados de freqüentar a escola, em atendimento ao disposto na Seção IX, do Capítulo II, do Título II, deste Regimento Escolar;

IV. colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;

V. comparecer às reuniões do Conselho Escolar, quando membro representante do seu segmento;

VI. manter e promover relações cooperativas no âmbito escolar;

VII. cumprir as diretrizes definidas no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino, no que lhe couber;

VIII. manter o ambiente favorável ao desenvolvimento do processo pedagógico;

IX. comunicar aos órgãos competentes quanto à freqüência dos alunos, para tomada das ações cabíveis;

X. dar atendimento ao aluno independentemente de suas condições de aprendizagem;

XI. organizar e garantir a reflexão sobre o processo pedagógico na escola;

XII. manter os pais ou responsáveis e os alunos informados sobre o Sistema de Avaliação da Escola, no que diz respeito à sua área de atuação;

XIII. informar pais ou responsáveis e os alunos sobre a freqüência e desenvolvimento escolar obtidos no decorrer do ano letivo;

XIV. estabelecer estratégias de recuperação de estudos, no decorrer do ano letivo, visando à melhoria do aproveitamento escolar;

XV. receber e analisar o pedido de revisão de notas dos alunos no prazo estabelecido no Sistema de Avaliação;

XVI. cumprir e fazer cumprir os horários e calendário escolar;

XVII. ser assíduo, comparecendo pontualmente ao



estabelecimento de ensino nas horas efetivas de trabalho e, quando convocado, para outras atividades programadas e decididas pelo coletivo da escola;

XVIII. comunicar, com antecedência, eventuais atrasos e faltas;

XIX. zelar pela conservação e preservação das instalações escolares;

XX. cumprir as disposições do Regimento Escolar.

Parágrafo Único - A equipe pedagógica deverá acompanhar o trabalho docente, quando das reposições de conteúdos e carga horária aos discentes.

Seção III Das Proibições

Art. 172 Ao docente, a equipe pedagógica e a direção é vedado:

I. tomar decisões individuais que venham a prejudicar o processo pedagógico;

II. ministrar, sob qualquer pretexto, aulas particulares e atendimento especializado remunerado a alunos do estabelecimento de ensino;

III. discriminar, usar de violência simbólica, agredir fisicamente e/ou verbalmente qualquer membro da comunidade escolar;

IV. expor colegas de trabalho, alunos ou qualquer membro da comunidade a situações constrangedoras;

V. retirar e utilizar, sem a devida permissão do órgão competente, qualquer documento ou material pertencente ao estabelecimento de ensino;

VI. ocupar-se com atividades alheias à sua função, durante o período de trabalho;

VII. receber pessoas estranhas ao funcionamento do estabelecimento de ensino, durante o período de trabalho, sem a prévia



autorização do órgão competente;

VIII. ausentar-se da escola, sem prévia autorização do órgão competente;

IX. transferir para outras pessoas o desempenho do encargo que lhe foi confiado;

X. utilizar-se em sala de aula de aparelhos celulares, recebendo e fazendo chamadas telefônicas;

XI. divulgar, por qualquer meio de publicidade, assuntos que envolvam direta ou indiretamente o nome da escola, sem prévia autorização da direção e/ou do Conselho Escolar;

XII. promover excursões, jogos, coletas, lista de pedidos, vendas ou campanhas de qualquer natureza, envolvendo o nome da escola, sem a prévia autorização da direção;

XIII. comparecer à escola embriagado ou com indicativos de ingestão e/ou uso de substâncias químicas tóxicas;

XIV. fumar nas salas de aula do estabelecimento de ensino, sendo permitido, apenas, em área destinada a este fim, isolada adequadamente e com arejamento suficiente.

Art. 173 Os fatos ocorridos em desacordo com o disposto no Regimento Escolar serão apurados ouvindo-se os envolvidos e registrando-se em Ata, com as respectivas assinaturas.

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS, DEVERES E PROIBIÇÕES DA EQUIPE TÉCNICO- ADMINISTRATIVA, ASSISTENTES DE EXECUÇÃO E DA EQUIPE AUXILIAR OPERACIONAL



Seção I

Dos Direitos

Art. 174 A equipe técnico-administrativa, assistentes de execução e a equipe auxiliar operacional, além dos direitos que lhes são assegurados em lei, têm, ainda, as seguintes prerrogativas:

- I. ser respeitado na condição de profissional atuante na área da educação e no desempenho de suas funções;
- II. utilizar-se das dependências, das instalações e dos recursos materiais do estabelecimento, necessários ao exercício de suas funções;
- III. participar da elaboração e implementação do Projeto Político- Pedagógico da escola;
- IV. colaborar na implementação da Proposta Pedagógica Curricular definida no Projeto Político-Pedagógico da escola;
- V. requisitar o material necessário à sua atividade, dentro das possibilidades do estabelecimento de ensino;
- VI. sugerir aos diversos setores de serviços do estabelecimento de ensino ações que viabilizem um melhor funcionamento de suas atividades;
- VII. ter assegurado o direito de votar e/ou ser votado como representante no Conselho Escolar e associações afins;
- VIII. participar de associações e/ou agremiações afins;
- IX. tomar conhecimento das disposições do Regimento Escolar e do(s) Regulamento(s) Interno(s) do estabelecimento de ensino;

Seção II

Dos Deveres

Art. 175 Além das outras atribuições legais, compete:

- I. cumprir e fazer cumprir os horários e Calendário Escolar;



- II. ser assíduo, comunicando com antecedência, sempre que possível, os atrasos e faltas eventuais;
- III. contribuir, no âmbito de sua competência, para que o estabelecimento de ensino cumpra sua função;
- IV. desempenhar sua função de modo a assegurar o princípio constitucional de igualdade de condições para o acesso e a permanência do aluno no estabelecimento de ensino;
- V. manter e promover relações cooperativas no ambiente escolar;
- VI. manter e fazer manter o respeito e ambiente favorável ao desenvolvimento do processo de trabalho escolar;
- VII. colaborar na realização dos eventos que o estabelecimento de ensino proporcionar, para os quais for convocado;
- VIII. comparecer às reuniões do Conselho Escolar, quando membro representante do seu segmento;
- IX. zelar pela manutenção e conservação das instalações escolares;
- X. colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- XI. cumprir as atribuições inerentes ao seu cargo;
- XII. tomar conhecimento das disposições contidas no Regimento Escolar;
- XIII. cumprir e fazer cumprir as disposições do Regimento Escolar, no seu âmbito de ação.

Seção III

Das Proibições

Art. 176 À equipe técnico-administrativa, assistente de execução e à equipe auxiliar operacional é vedado:

- I. tomar decisões individuais que venham a prejudicar o



processo pedagógico e o andamento geral da escola;

II. retirar e utilizar qualquer documento ou material pertencente ao estabelecimento de ensino, sem a devida permissão do órgão competente;

III. discriminar, usar de violência simbólica, agredir fisicamente e/ou verbalmente qualquer membro da comunidade escolar;

IV. ausentar-se do estabelecimento de ensino no seu horário de trabalho sem a prévia autorização do setor competente;

V. expor alunos, colegas de trabalho ou qualquer pessoa da comunidade a situações constrangedoras;

VI. receber pessoas estranhas ao funcionamento do estabelecimento de ensino durante o período de trabalho, sem prévia autorização do órgão competente;

VII. ocupar-se, durante o período de trabalho, de atividades estranhas à sua função;

VIII. transferir a outra pessoa o desempenho do encargo que lhe foi confiado;

IX. divulgar assuntos que envolvam direta ou indiretamente o nome da escola, por qualquer meio de publicidade, sem prévia autorização da direção e/ou do Conselho Escolar;

X. promover excursões, jogos, coletas, lista de pedidos, vendas ou campanhas de qualquer natureza, que envolvam o nome da escola, sem a prévia autorização da direção;

XI. comparecer ao trabalho e aos eventos da escola embriagado ou com sintomas de ingestão e/ou uso de substâncias químicas tóxicas;

XII. fumar nas dependências do estabelecimento de ensino, conforme legislação em vigor.

Art. 177 Os fatos ocorridos em desacordo com o disposto no Regimento Escolar serão apurados, ouvindo-se os envolvidos e registrando-se em Ata, com as respectivas assinaturas.



CAPÍTULO III
DOS DIREITOS, DEVERES, PROIBIÇÕES E AÇÕES
DISCIPLINARES DOS ALUNOS

Seção I
Dos Direitos

Art. 178 Constituem-se direitos dos alunos, com observância dos dispositivos constitucionais da Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, da Lei nº 9.394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Decreto Lei nº 1.044/69 e Lei nº 6.202/75:

I. tomar conhecimento das disposições do Regimento Escolar e do(s) Regulamento(s) Interno(s) do estabelecimento de ensino, no ato da matrícula;

II. ter assegurado que o estabelecimento de ensino cumpra a sua função de efetivar o processo de ensino e aprendizagem;

III. ter assegurado o princípio constitucional de igualdade de condições para o acesso e permanência no estabelecimento de ensino;

IV. ser respeitado, sem qualquer forma de discriminação;

V. solicitar orientação dos diversos setores do estabelecimento de ensino;

VI. utilizar os serviços, as dependências escolares e os recursos materiais da escola, de acordo com as normas estabelecidas no Regulamento Interno;

VII. participar das aulas e das demais atividades escolares;

VIII. ter assegurada a prática, facultativa, da Educação Física, nos casos previstos em lei;

X. ter ensino de qualidade ministrado por profissionais



habilitados para o exercício de suas funções e atualizados em suas áreas de conhecimento;

X. ter acesso a todos os conteúdos previstos na Proposta Pedagógica Curricular do estabelecimento de ensino;

XI. participar de forma representativa na construção, acompanhamento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico da escola;

XII. ser informado sobre o Sistema de Avaliação do estabelecimento de ensino;

XIII. tomar conhecimento do seu aproveitamento escolar e de sua frequência, no decorrer do processo de ensino e aprendizagem;

XIV. solicitar, pelos pais ou responsáveis, quando criança ou adolescente, revisão do aproveitamento escolar dentro do prazo de 72 (setenta e duas) horas, a partir da divulgação do mesmo;

XV. ter assegurado o direito à recuperação de estudos, no decorrer do ano letivo, mediante metodologias diferenciadas que possibilitem sua aprendizagem;

XVI. contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores, Conselho Escolar e Núcleo Regional de Educação;

XVII. requerer transferência ou cancelamento de matrícula por si, quando maior, ou através dos pais ou responsáveis, quando menor;

XVIII. ter reposição das aulas quando da ausência do professor responsável pela disciplina;

XIX. solicitar os procedimentos didático-pedagógicos previstos na legislação vigente e normatizados pelo Sistema Estadual de Ensino;

XX. sugerir, aos diversos setores de serviços do estabelecimento de ensino, ações que viabilizem melhor funcionamento das atividades;

XXI. ter assegurado o direito de votar e/ou ser votado representante no Conselho Escolar e associações afins;

XXII. participar de associações e/ou organizar agremiações afins;

XXIII. representar ou fazer-se representar nas reuniões do Pré-Conselho e do Conselho de Classe;



XXIV. realizar as atividades avaliativas, em caso de falta às aulas, mediante justificativa e/ou atestado médico;

XXV. receber regime de exercícios domiciliares, com acompanhamento da escola, sempre que compatível com seu estado de saúde e mediante laudo médico, como forma de compensação da ausência às aulas, quando impossibilitado de freqüentar a escola por motivo de enfermidade ou gestação;

XXVI. receber atendimento educacional hospitalar, quando impossibilitado de freqüentar a escola por motivos de enfermidade, em virtude de situação de internamento hospitalar.

Seção II

Dos Deveres

Art. 179 São deveres dos alunos:

I. manter e promover relações de cooperação no ambiente escolar;

II. realizar as tarefas escolares definidas pelos docentes;

III. atender às determinações dos diversos setores do estabelecimento de ensino, nos respectivos âmbitos de competência;

IV. participar de todas as atividades curriculares programadas e desenvolvidas pelo estabelecimento de ensino;

V. comparecer às reuniões do Conselho Escolar, quando membro representante do seu segmento;

VI. cooperar na manutenção da higiene e na conservação das instalações escolares;

VII. compensar, junto com os pais, os prejuízos que vier a causar ao patrimônio da escola, quando comprovada a sua autoria;

VIII. cumprir as ações disciplinares do estabelecimento de ensino;

IX. providenciar e dispor, sempre que possível, do material solicitado e necessário ao desenvolvimento das atividades escolares;



X. tratar com respeito e sem discriminação professores, funcionários e colegas;

XI. comunicar aos pais ou responsáveis sobre reuniões, convocações e avisos gerais, sempre que lhe for solicitado;

XII. comparecer pontualmente a aulas e demais atividades escolares;

XIII. manter-se em sala durante o período das aulas;

XIV. apresentar os trabalhos e tarefas nas datas previstas;

XV. comunicar qualquer irregularidade de que tiver conhecimento ao setor competente;

XVI. apresentar justificativa dos pais ou responsáveis, quando criança ou adolescente, para poder entrar após o horário de início das aulas;

XVII. apresentar atestado médico e/ou justificativa dos pais ou responsáveis, quando criança ou adolescente, em caso de falta às aulas;

XVIII. responsabilizar-se pelo zelo e devolução dos livros didáticos recebidos e os pertencentes à biblioteca escolar;

XIX. observar os critérios estabelecidos na organização do horário semanal, deslocando-se para as atividades e locais determinados, dentro do prazo estabelecido para o seu deslocamento;

XX. respeitar o professor em sala de aula, observando as normas e critérios estabelecidos;

XXI. cumprir as disposições do Regimento Escolar no que lhe couber.

Seção III Das Proibições

Art. 180 Ao aluno é vedado:

I. tomar atitudes que venham a prejudicar o processo pedagógico e o andamento das atividades escolares;



II. ocupar-se, durante o período de aula, de atividades contrárias ao processo pedagógico;

III. retirar e utilizar, sem a devida permissão do órgão competente, qualquer documento ou material pertencente ao estabelecimento de ensino;

IV. trazer para o estabelecimento de ensino material de natureza estranha ao estudo;

V. ausentar-se do estabelecimento de ensino sem prévia autorização do órgão competente;

VI. receber, durante o período de aula, sem a prévia autorização do órgão competente, pessoas estranhas ao funcionamento do estabelecimento de ensino;

VII. discriminar, usar de violência simbólica, agredir fisicamente e/ou verbalmente colegas, professores e demais funcionários do estabelecimento de ensino;

VIII. expor colegas, funcionários, professores ou qualquer pessoa da comunidade a situações constrangedoras;

IX. entrar e sair da sala durante a aula, sem a prévia autorização do respectivo professor;

X. consumir ou manusear qualquer tipo de drogas nas dependências do estabelecimento de ensino;

XI. fumar nas dependências do estabelecimento de ensino, conforme legislação em vigor;

XII. comparecer às aulas embriagado ou com sintomas de ingestão e/ou uso de substâncias químicas tóxicas;

XIII. utilizar-se de aparelhos eletrônicos, na sala de aula, que não estejam vinculados ao processo ensino e aprendizagem;

XIV. danificar os bens patrimoniais do estabelecimento de ensino ou pertences de seus colegas, funcionários e professores;

XV. portar armas brancas ou de fogo e/ou instrumentos que possam colocar em risco a segurança das pessoas;

XVI. portar material que represente perigo para sua integridade



moral, física ou de outrem;

XVII. divulgar, por qualquer meio de publicidade, ações que envolvam direta ou indiretamente o nome da escola, sem prévia autorização da direção e/ou do Conselho Escolar;

XVIII. promover excursões, jogos, coletas, rifas, lista de pedidos, vendas ou campanhas de qualquer natureza, no ambiente escolar, sem a prévia autorização da direção.

Seção IV

Das Ações Educativas, Pedagógicas e Disciplinares

Art. 181 O aluno que deixar de cumprir ou transgredir de alguma forma as disposições contidas no Regimento Escolar ficará sujeito às seguintes ações:

I. orientação disciplinar com ações pedagógicas dos professores, equipe pedagógica e direção;

II. registro dos fatos ocorridos envolvendo o aluno, com assinatura;

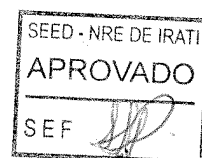
III. comunicado por escrito, com ciência e assinatura dos pais ou responsáveis, quando criança ou adolescente;

IV. encaminhamento a projetos de ações educativas;

V. convocação dos pais ou responsáveis, quando criança ou adolescente, com registro e assinatura, e/ou termo de compromisso;

VI. esgotadas as possibilidades no âmbito do estabelecimento de ensino, inclusive do Conselho Escolar, será encaminhado ao Conselho Tutelar, quando criança ou adolescente, para a tomada de providências cabíveis.

Art. 182 Todas as ações disciplinares previstas no Regimento Escolar serão devidamente registradas em Ata e apresentadas aos responsáveis e demais órgãos competentes para ciência das ações tomadas.



CAPÍTULO IV
DOS DIREITOS, DEVERES E PROIBIÇÕES DOS PAIS OU
RESPONSÁVEIS

Seção I
Dos Direitos

Art. 183 Aos pais ou responsáveis, além dos direitos outorgados por toda a legislação aplicável, têm ainda as seguintes prerrogativas:

I. serem respeitados na condição de pais ou responsáveis, interessados no processo educacional desenvolvido no estabelecimento de ensino;

II. participar das discussões da elaboração e implementação do Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;

III. sugerir, aos diversos setores do estabelecimento de ensino, ações que viabilizem melhor funcionamento das atividades;

IV. ter conhecimento efetivo do Projeto Político-Pedagógico da escola e das disposições contidas neste Regimento;

V. ser informado sobre o Sistema de Avaliação do estabelecimento de ensino;

VI. ser informado, no decorrer do ano letivo, sobre a frequência e rendimento escolar obtido pelo aluno;

VII. ter acesso ao Calendário Escolar do estabelecimento de ensino;

VIII. solicitar, no prazo de 72 horas, a partir da divulgação dos resultados, pedido de revisão de notas do aluno;

IX. assegurar autonomia na definição dos seus representantes no Conselho Escolar;

X. contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores: Conselho Escolar e Núcleo Regional de



Educação;

XI. ter garantido o princípio constitucional de igualdade de condições para o acesso e a permanência do aluno no estabelecimento de ensino;

XII. ter assegurado o direito de votar e/ou ser votado representante no Conselho Escolar e associações afins;

XIII. participar de associações e/ou agremiações afins;

XIV. representar e/ou ser representado, na condição de segmento, no Conselho Escolar.

Seção II Dos Deveres

Art. 184 Aos pais ou responsáveis, além de outras atribuições legais, compete:

I. matricular o aluno no estabelecimento de ensino, de acordo com a legislação vigente;

II. exigir que o estabelecimento de ensino cumpra a sua função;

III. manter relações cooperativas no âmbito escolar;

IV. assumir junto à escola ações de co-responsabilidade que assegurem a formação educativa do aluno;

V. propiciar condições para o comparecimento e a permanência do aluno no estabelecimento de ensino;

VI. respeitar os horários estabelecidos pelo estabelecimento de ensino para o bom andamento das atividades escolares;

VII. requerer transferência ou cancelamento de matrícula quando responsável pelo aluno menor;

VIII. identificar-se na secretaria do estabelecimento de ensino, para que seja encaminhado ao setor competente, o qual tomará as devidas providências;



IX. comparecer às reuniões e demais convocações do setor pedagógico e administrativo da escola, sempre que se fizer necessário;

X. comparecer às reuniões do Conselho Escolar de que, por força do Regimento Escolar, for membro inerente;

XI. acompanhar o desenvolvimento escolar do aluno pelo qual é responsável;

XII. encaminhar e acompanhar o aluno pelo qual é responsável aos atendimentos especializados solicitados pela escola e ofertados pelas instituições públicas;

XIII. respeitar e fazer cumprir as decisões tomadas nas assembléias de pais ou responsáveis para as quais for convocado;

XIV. cumprir as disposições do Regimento Escolar, no que lhe couber.

Seção III Das Proibições

Art. 185 Aos pais ou responsáveis é vedado:

I. tomar decisões individuais que venham a prejudicar o desenvolvimento escolar do aluno pelo qual é responsável, no âmbito do estabelecimento de ensino;

II. interferir no trabalho dos docentes, entrando em sala de aula sem a permissão do setor competente;

III. retirar e utilizar, sem a devida permissão do órgão competente, qualquer documento ou material pertencente ao estabelecimento de ensino;

IV. desrespeitar qualquer integrante da comunidade escolar, inclusive o aluno pelo qual é responsável, discriminando-o, usando de violência simbólica, agredindo-o fisicamente e/ou verbalmente, no ambiente escolar;

V. expor o aluno pelo qual é responsável, funcionário



professor ou qualquer pessoa da comunidade a situações constrangedoras;

VI. divulgar, por qualquer meio de publicidade, assuntos que envolvam direta ou indiretamente o nome do estabelecimento de ensino, sem prévia autorização da direção e/ou do Conselho Escolar;

VII. promover excursões, jogos, coletas, lista de pedidos, vendas ou campanhas de qualquer natureza, em nome do estabelecimento de ensino sem a prévia autorização da direção;

VIII. comparecer a reuniões ou eventos da escola embriagado ou com sintomas de ingestão e/ou uso de substâncias químicas tóxicas;

IX. fumar nas dependências do estabelecimento de ensino, conforme legislação em vigor.

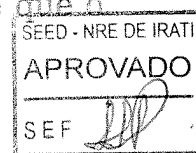
Art. 186 Os fatos ocorridos em desacordo com o disposto no Regimento Escolar serão apurados, ouvindo-se os envolvidos e registrando-se em Ata, com as respectivas assinaturas.

Parágrafo Único - Nos casos de recusa de assinatura do registro, por parte da pessoa envolvida, o mesmo será validado por assinaturas de testemunhas.

TÍTULO IV
DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 187 A comunidade escolar deverá acatar e respeitar o disposto no Regimento Escolar, apreciado pelo Conselho Escolar e aprovado pelo Núcleo Regional de Educação, mediante Ato Administrativo.

Art. 188 O Regimento Escolar pode ser modificado sempre que o



aperfeiçoamento do processo educativo assim o exigir, quando da alteração da legislação educacional em vigor, sendo as suas modificações orientadas pela Secretaria de Estado da Educação.

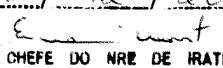
Art. 189 O Regimento Escolar poderá ser modificado por Adendo de Alteração e/ou de Acréscimo, devendo ser submetido à apreciação do Conselho Escolar, com análise e aprovação do Núcleo Regional de Educação.

Art. 190 Todos os profissionais em exercício no estabelecimento de ensino, os alunos regularmente matriculados e respectivos pais ou responsáveis devem tomar conhecimento do disposto no Regimento Escolar.

Art. 191 Os casos omissos no Regimento Escolar serão analisados pelo Conselho Escolar e, se necessário, encaminhados aos órgãos superiores competentes.

Art. 192 O Regimento Escolar entrará em vigor no período letivo subsequente à sua homologação pelo Núcleo Regional de Educação.

Rebouças, 20 de dezembro de 2007.

NRE DE IRATI - SEED
Aprova Regimento Escolar conforme Deliberação nº. <u>16.199</u> CEE de acordo com o Ato Administrativo n.º <u>5.031.2007</u> do NRE de Irati. Irati, <u>31</u> / <u>12</u> / <u>2007</u>
 CHEFE DO NRE DE IRATI
Decreto N.º <u>679</u> DOE <u>7458</u> RG n.º <u>5.142.486-7</u>

Sílvia Regina R. Belozupko.
Sílvia Regina Rodrigues Belozupko
DIRETORA
Res. 58/06 DOE 16/01/06





SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE IRATI

ATO ADMINISTRATIVO Nº 135/2010

O Chefe do Núcleo Regional de Educação de Irati no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto nº 679/2007, e considerando a Resolução nº 3879/2008 - SEED e a Deliberação nº 16/99 – CEE e o Parecer Conjunto nº 50/2010 - SEF/EP/NRE, que a este se incorpora,

RESOLVE

Art. 1º - Aprovar o Adendo de Alteração e Acréscimo nº 01/2010, ao Regimento Escolar aprovado pelo Ato Administrativo nº 503/2007 - NRE, do Colégio Estadual de Faxinal dos Marmeleiros – Ensino Fundamental e Médio, situado na localidade de Faxinal dos Marmeleiros, no município de Rebouças, referente a inclusão de Artigos e Incisos sobre Estágio, alterações na Seção VI - Da Reclassificação, alterações na Seção XIII - Da Revalidação e Equivalência e alteração na Seção II – Dos Deveres, Capítulo III, Título III.

Art. 2º - Este Ato Administrativo entrará em vigor a partir da presente data.

Irati, 20 de julho de 2010.


Ernani Horst

Chefe do NRE de Irati
Decreto nº 679 – DOE 7458 de 25/04/07



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE IRATI

Parecer Conjunto nº 50/2010 SEF/EP/NRE	
Estabelecimento de Ensino: Colégio Estadual de Faxinal dos Marmeleiros – Ensino Fundamental e Médio	
Mantenedora: Governo do Estado do Paraná	
Município: Rebouças	NRE: Irati
Assunto: Parecer de análise para aprovação de Adendo Regimental de Alteração e Acréscimo	

O Núcleo Regional de Educação - NRE de Irati, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Resolução nº 3879/2008 – SEED, emite o presente Parecer Conjunto, que resulta da análise do Adendo nº 01/2010, ao Regimento Escolar aprovado pelo Ato Administrativo nº 503/2007 – NRE do Colégio Estadual de Faxinal dos Marmeleiros – Ensino Fundamental e Médio, situado na localidade de Faxinal dos Marmeleiros, no município de Rebouças.

O Estabelecimento de Ensino, acima citado, apresenta o Adendo Regimental de Alteração e Acréscimo, referente a inclusão de Artigos e Incisos sobre Estágio, alterações na Seção VI - Da Reclassificação, alterações na Seção XIII - Da Revalidação e Equivalência e alteração na Seção II – Dos Deveres, Capítulo III, Título III que recebe o presente Parecer de análise para sua aprovação.

O Parecer de análise é parte integrante do Ato Administrativo que aprova o Adendo Regimental, cujo número será incorporado ao referido Ato.

O Setor de Estrutura e Funcionamento - SEF e a Equipe Pedagógica - EP do NRE, emitem o presente Parecer Conjunto, que resulta da análise do referido Adendo Regimental, observando que a matéria e os componentes regimentais estão de acordo com o Projeto Político Pedagógico – PPP / Proposta Pedagógica - PP, do referido estabelecimento de Ensino e em consonância com os desígnios constitucionais, do Estatuto da Criança e do Adolescente e a legislação educacional em vigor.

Isto posto, e estando o Adendo Regimental do referido Estabelecimento de Ensino adequado à Deliberação nº 16/99 – CEE e de acordo com o Projeto Político Pedagógico / Proposta Pedagógica e as instruções emanadas da SEED, somos de **PARECER FAVORÁVEL** à sua aprovação a partir da presente data.

É o Parecer.

Irati, 20 de julho de 2010.

Jussara Likes Penteadó
Setor de Estrutura e Funcionamento – SEF

Ana Roseli Valenga Bonete
Equipe Pedagógica

Adendo Regimental de Alteração e de Acréscimo nº 01/2010

Altera a redação do Art. 70, Art. 71, Art. 72, Art. 90, Art. 140 e inciso XVI do Art. 179, acrescenta incisos XLVII a LI no Art. 38, Art. 90A, Art. 90B, Art. 90C, Art. 140A, Parágrafo Único no Art. 146 e. Seção XX - Do Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar – SAREH e revoga o Art. 73, Art. 91, Art. 92, Art. 93, Art. 142, Art. 144, Art. 148, Art. 149 e Art. 150 do Regimento Escolar aprovado pelo Ato Administrativo nº 503/2007 - Núcleo Regional de Educação, referente a inclusão de Artigos e Incisos sobre Estágio, alterações na Seção VI - Da Reclassificação, alterações na Seção XIII - Da Revalidação e Equivalência e alteração na Seção II – Dos Deveres, Capítulo III, Título III.

Art. 1º. O Regimento Escolar do Colégio Estadual de Faxinal dos Marmeleiros – Ensino Fundamental e Médio passa a vigorar com as seguintes alterações e acréscimos:

Art. 38 - mantido

I. a XLVI. mantido

XLVII. avaliar as instalações da parte concedente do estágio não obrigatório e sua adequação à formação cultural e profissional do aluno;

XLVIII. exigir do aluno a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

XLIX. zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estágio para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

L. elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

LI. comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares.

Art. 70 - As atividades de estágio, obrigatórias ou não, desenvolvidas no ambiente de trabalho visam à preparação para o trabalho produtivo dos educandos.



Art. 71 - Serão considerados estagiários alunos matriculados e que frequentam a Educação Profissional, o Ensino Médio e Educação Especial.

Art. 72 - O estágio não obrigatório, incluído no Projeto Político Pedagógico, como atividade opcional para o aluno, terá carga horária acrescida à carga horária regular e obrigatória no Histórico Escolar.

Art. 73 - Revogado.

Art. 90 - A reclassificação é um processo pedagógico que se concretiza através da avaliação do aluno matriculado e com frequência na série/ano/disciplina(s) sob a responsabilidade do estabelecimento de ensino que, considerando as normas curriculares, encaminha o aluno à etapa de estudos/carga horária da(s) disciplina(s) compatível com a experiência e desempenho escolar demonstrados, independentemente do que registre o seu Histórico Escolar.

Art. 90A - O processo de reclassificação poderá ser aplicado como verificação da possibilidade de avanço em qualquer série/ano/carga horária da(s) disciplina(s) do nível da Educação Básica, quando devidamente demonstrado pelo aluno, sendo vedada a reclassificação para a conclusão do Ensino Médio.

Art. 90B - Cabe ao estabelecimento de ensino contemplar, em seu Projeto Político Pedagógico/Proposta Pedagógica Curricular e no Regimento Escolar, a reclassificação de aluno.

Art. 90C - O estabelecimento de ensino, quando constatar possibilidade de avanço de aprendizagem, apresentado por aluno devidamente matriculado e com frequência na série/ano/blocos de disciplinas semestrais/disciplina(s), deverá notificar o NRE para que este proceda orientação e acompanhamento quanto aos preceitos legais, éticos e das normas que fundamentam o processo de reclassificação.

Parágrafo Único – Os alunos, quando maior, ou seus responsáveis, poderão solicitar reclassificação, facultando a escola aprová-lo.

Art. 91 - Revogado.

Art. 92 - Revogado.

Art. 93 - Revogado.

Art. 140 - O estabelecimento de ensino procederá a equivalência de estudos incompletos cursados no exterior e equivalentes ao Ensino Fundamental ou ao Ensino Médio.

Art. 140A - O estabelecimento de ensino procederá a equivalência e revalidação de estudos completos realizados no exterior e correspondentes ao Ensino fundamental, para os alunos que pretendam matrícula no Ensino Médio.

Art. 142 - Revogado.

Art. 144 - Revogado.

Art. 146 - mantido

Parágrafo Único – O aluno que não apresentar condições imediatas para classificação será matriculado na série compatível com sua idade em qualquer época do ano, ficando a escola obrigada a elaborar plano próprio.

Art. 148 - Revogado.

Art. 149 - Revogado.

Art. 150 – Revogado.

Seção XX

Do Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar – SAREH

Art. 169A - O Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar e Domiciliar da Secretaria de Estado da Educação objetiva o atendimento educacional a crianças, adolescentes, jovens e adultos que se encontram impossibilitados de frequentar a escola em virtude de situação de internamento hospitalar ou tratamento de saúde,

permitindo-lhes a continuidade no processo de escolarização, a inserção ou reinserção em seu ambiente escolar.

Art. 169B - O atendimento educacional no hospital, mesmo que por um tempo mínimo, tem caráter fundamental para a criança hospitalizada, uma vez que este tipo de atendimento possibilita ao aluno sentir-se parte de um sistema estruturado com igualdade de condições para o acesso ao conhecimento, mantendo seu vínculo com sua realidade fora do hospital, assegurando seu desenvolvimento intelectual.

Art. 169C - O aluno entra no sistema no momento que chega a informação através da planilha informativa e situacional encaminhada para o Núcleo Regional de Educação.

Art. 169D - Cabe a direção da escola:

- I. divulgar e informar a comunidade escolar sobre a existência desta modalidade de atendimento e que o educando tem direito de usufruir desse serviço;
- II. analisar a contribuição desta modalidade de atendimento no desempenho escolar do educando, após a alta e retorno à sua escola;
- III. acompanhar todo o processo;
- IV. assumir a responsabilidade compartilhada pela decisão final do processo de atendimento pedagógico;
- V. assegurar que todas as informações, sobre a situação de saúde e pedagógica do aluno, sejam utilizadas somente para nortear o processo ensino-aprendizagem.

Art. 169E - Cabe a Equipe Pedagógica:

- I. ser porta-voz nos contatos com os familiares do aluno, com a equipe pedagógica dos hospitais conveniados ou com o responsável do SAREH no NRE;
- II. receber e analisar a ficha individual dos alunos preenchida pela pedagoga do SAREH, bem como o parecer por disciplina preenchido pelos professores do SAREH;
- III. orientar os professores quanto a forma de lançamento e registros das ações em livros de registro de classe;
- IV. acompanhar o retorno do aluno a escola e viabilizar a sua socialização e reintegração às atividades escolares.

Art. 179 - mantido

I. a XV. mantido

XVI. justificar-se junto à equipe pedagógica ao entrar após o horário de início das aulas.

XVII. a XXI. mantido

Art. 2º. Este Adendo Regimental entra em vigor a partir do Ato Administrativo de aprovação do NRE - Núcleo Regional de Educação de Irati.

Rebouças, 20 de julho de 2010.

JEY MARTINHO DE ALBUQUERQUE
DIRETOR(A)
RES. 913/2009 - DOE 17/03/2009

DIRETOR(A)

NRE DE IRATI - SEED
Aprova Regimento Escolar conforme Deliberação nº. 16/99 CEE de acordo com o Ato Administrativo n.º 135/2010 do NRE de Irati. Irati, 20 / 07 / 2010
<i>E. Martins</i> CHEFE DO NRE DE IRATI
Decreto N.º 679.506.7458 de 25/04/07 RG n.º 5.142.486-7

SEED - NRE DE IRATI
APROVADO
SEF *[assinatura]*



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE IRATI**

ATO ADMINISTRATIVO Nº 438/2010

O Chefe do Núcleo Regional de Educação de Irati no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto nº 679/2007, e considerando a Resolução nº 3879/2008 - SEED e a Deliberação nº 16/99 – CEE e o Parecer Conjunto nº 156/2010 - SEF/EP/NRE, que a este se incorpora,

RESOLVE

Art. 1º - Aprovar o Adendo de Acréscimo nº 02/2010, ao Regimento Escolar aprovado pelo Ato Administrativo nº 503/2007 - NRE, do Colégio Estadual de Faxinal dos Marmeleiros – Ensino Fundamental e Médio, situado na Localidade de Faxinal dos Marmeleiros, no município de Rebouças, referente a inclusão da Equipe Multidisciplinar.

Art. 2º - Este Ato Administrativo entrará em vigor a partir da presente data.

Irati, 17 de dezembro de 2010.


Ernani Horst

Chefe do NRE de Irati
Decreto nº 679 – DOE 7458 de 25/04/07



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE IRATI

Parecer Conjunto nº 156/2010 SEF/EP/NRE	
Estabelecimento de Ensino: Colégio Estadual de Faxinal dos Marmeleiros – Ensino Fundamental e Médio	
Mantenedora: Governo do Estado do Paraná	
Município: Rebouças	NRE: Irati
Assunto: Parecer de análise para aprovação de Adendo Regimental de Acréscimo	

O Núcleo Regional de Educação - NRE de Irati, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Resolução nº 3879/2008 – SEED, emite o presente Parecer Conjunto, que resulta da análise do Adendo nº 02/2010, ao Regimento Escolar aprovado pelo Ato Administrativo nº 503/2007 – NRE do Colégio Estadual de Faxinal dos Marmeleiros – Ensino Fundamental e Médio, situado na Localidade de Faxinal dos Marmeleiros, no município de Rebouças.

O Estabelecimento de Ensino, acima citado, apresenta o Adendo Regimental de Acréscimo, referente a inclusão da Equipe Multidisciplinar que recebe o presente Parecer de análise para sua aprovação.

O Parecer de análise é parte integrante do Ato Administrativo que aprova o Adendo Regimental, cujo número será incorporado ao referido Ato.

O Setor de Estrutura e Funcionamento - SEF e a Equipe Pedagógica - EP do NRE, emitem o presente Parecer Conjunto, que resulta da análise do referido Adendo Regimental, observando que a matéria e os componentes regimentais estão de acordo com o Projeto Político Pedagógico – PPP / Proposta Pedagógica - PP, do referido estabelecimento de Ensino e em consonância com os desígnios constitucionais, do Estatuto da Criança e do Adolescente e a legislação educacional em vigor.

Isto posto, e estando o Adendo Regimental do referido Estabelecimento de Ensino adequado à Deliberação nº 16/99 – CEE e de acordo com o Projeto Político Pedagógico / Proposta Pedagógica e as instruções emanadas da SEED, somos de **PARECER FAVORÁVEL** à sua aprovação, a partir da presente data.

É o Parecer.

Irati, 17 de dezembro de 2010.

Jussara Likes Penteadó
Setor de Estrutura e Funcionamento – SEF

Luzia Aparecida Chami
Equipe Pedagógica - EP

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE IRATI
COLÉGIO ESTADUAL DE FAXINAL DOS MARMELEIROS – ENSINO FUND. E MÉDIO
Município de Rebouças – Paraná – CEP – 84550-000

Adendo Regimental de Acréscimo nº02/2010

Acrescenta o Art.9º-A ao Regimento Escolar aprovado pelo Ato administrativo nº 503/2007 do Núcleo Regional de Educação de Irati, referente a inclusão da Equipe Multidisciplinar.

Art. 1º O Regimento do Colégio Estadual de Faxinal dos Marmeleiros – Ensino Fundamental e Médio, passa a vigorar acrescido do seguinte:

Art. 9º – Mantido


Art. 9º-A – Estabelece as competências da Equipe Multidisciplinar de acordo com o Projeto Político Pedagógico e as Instruções 17/2006-SUED, 10/2010-SUED/SEED e Resolução 3399/2010-GS/SEED.

Art. 2º Este adendo Regimental entra em vigor a partir do Ato Administrativo de Aprovação do NRE - Núcleo Regional de Educação de Irati .

Rebouças, 08 de dezembro de 2010.


DIRETOR

JEY MARINHO DE ALBUQUERQUE
RES. 913/2009 D.O.E 31/03/2009.

NRE DE IRATI – SEED
Aprova Regimento Escolar conforme Deliberação nº. 16 / 99 CEE de acordo com o Ato Administrativo nº 438 / 2010 do NRE de Irati.
Irati, 12 / 12 / 2010
 CHEFE DO NRE DE IRATI
Decreto N.º 679 506 7458 de 23/04/07 RG nº 5.142.486-7



COLÉGIO ESTADUAL DE FAXINAL DOS MARMELEIROS
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO
Estrada Municipal Miguel Beltrão de Toledo - Rebouças - PR
Fone: (42) 3457 1556
e-mail: [rebfxinaldosmarmeleiros@seed.pr.gov.br](mailto:rebfaxinaldosmarmeleiros@seed.pr.gov.br)

Adendo Regimental de Alteração e Acréscimo nº03.

Altera a redação do inciso I do Art. 55, inciso I do Art. 62 e Art.81 e acrescenta o Parágrafo Único no Art.55 e o Art.66A do Regimento Escolar aprovado pelo Ato Administrativo nº 438/2010 - Núcleo Regional de Educação, referente a implantação simultânea dos anos finais do Ensino Fundamental, 6º ao 9º anos e Sala de Apoio, 6º e 9º anos.

Art. 1º. O Regimento Escolar da(o) Escola/Colégio Estadual de Faxinal dos Marmeleiros – Ensino Fundamental e Médio, do município de Rebouças, passa a vigorar com as seguintes alterações e acréscimos:

Art. 55 - mantido

- I. ensino fundamental: 6º ao 9º anos/ regime de 9 anos;
- II. ao III. mantido

Parágrafo Único: A Implantação do Ensino Fundamental do 6º ao 9º anos será de forma simultânea, a partir do ano letivo de 2012, com a devida adequação série/ano.

Art. 62 - mantido

- I. por série, nos anos finais do Ensino Fundamental, 6º ao 9º ano;
- II. mantido;
- III. mantido;

Art. 66A – A Instituição de Ensino oferta, no contra-turno, Sala de Apoio à aprendizagem para os anos finais do Ensino Fundamental, 6º ao 9º ano.



Art. 81 - No ato da matrícula, o aluno e seu responsável deverá se autodeclarar seu pertencimento Étnico-Racial e optar no 6º e 7º anos do Ensino Fundamental pela frequência ou não na disciplina de Ensino Religioso.

Art. 2º. Este Adendo Regimental entra em vigor no ano subsequente de sua aprovação pelo Núcleo Regional de Educação de Irati.

Rebouças, 29 de agosto de 2011.


JEY MARINHO DE ALBUQUERQUE

DIRETOR

JEY MARINHO DE ALBUQUERQUE

DIRETOR

RES. 913/2009 - DOE 31/03/2009

NRE DE IRATI - SEED
Aprova Regimento Escolar conforme Deliberação n.º 16.199 CEE de acordo com o At. Administrativo n.º 476/2011 do NRE de Irati. Irati, 29.12.2011
CEEE DO NRE DE IRATI
Decreto N.º 788/11 - Doc. 24103/11 RG n.º 1.447.184-7





PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE IRATI

Rua Coronel Emílio Gomes, 111 – IRATI – PR – 84500-000

Fone (042) 3421-2200 Fax: 3421-2202

Site: <http://www.diadia.pr.gov.br/nre/irati> E-mail: nreirati@gmail.com

ATO ADMINISTRATIVO Nº 476/2011-NRE

O Chefe do Núcleo Regional de Educação de Irati, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto nº 788/11 DOE 8423 – 14/03/2011, e considerando a Resolução Secretarial nº 3011/2011-GS/SEED, a Deliberação nº 16/99-CEE/PR e o Parecer nº 75/2011-EP/NRE e Parecer nº 188/2011-SEF/NRE, que a este se incorporam,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Adendo de alteração e de acréscimo nº 03, ao Regimento Escolar aprovado pelo Ato Administrativo nº 503/2007-NRE, do Colégio Estadual de Faxinal dos Marmeleiros – Ensino Fundamental e Médio, situado no Faxinal dos Marmeleiros, s/nº, Faxinal dos Marmeleiros do município de Rebouças e mantido pelo Governo do Estado do Paraná.

Art. 2º Este Ato Administrativo entrará em vigor a partir do início do ano letivo de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Irati, 29 de dezembro de 2011.

José Antonio Pianaro,
Chefe do NRE de Irati,
Decreto 788/11 DOE 8423 - 14/03/2011.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE IRATI**

Rua Coronel Emílio Gomes, 111 – IRATI – PR – 84500-000

Fone (042) 3421-2200 Fax: 3421-2202

Site: <http://www.diadia.pr.gov.br/nre/irati> E-mail: nreirati@gmail.com

Parecer nº 188/2011-SEF/NRE

Assunto: Parecer de análise para aprovação de Adendo Regimental de Alteração e de Acréscimo

O Colégio Estadual de Faxinal dos Marmeleiros – Ensino Fundamental e Médio apresenta o Adendo Regimental de Alteração e de Acréscimo nº 03, referente à implantação simultânea dos anos finais do Ensino Fundamental, 6º ao 9º anos e Sala de Apoio.

O Setor de Estrutura e Funcionamento do Núcleo Regional de Educação de Irati emite o presente Parecer, que resulta da análise do Adendo nº 03, ao Regimento Escolar aprovado pelo Ato Administrativo nº 503/2007-NRE da referida instituição de ensino, situada Faxinal dos Marmeleiros, s/nº, Faxinal dos Marmeleiros do município de Rebouças e mantida pelo Governo do Estado do Paraná.

O parecer de análise é parte integrante do Ato Administrativo que aprova o Adendo Regimental, cujo número será incorporado ao referido Ato.

Os dispositivos da matéria e dos componentes regimentais estão em consonância com o Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica da referida instituição de ensino e atendem os desígnios constitucionais, do Estatuto da Criança e do Adolescente e a legislação educacional em vigor.

Isto posto, estando o Adendo Regimental da referida Instituição de Ensino adequado à Deliberação nº 016/99-CEE/PR e de acordo com o Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica, somos de parecer favorável à sua aprovação, para o início do ano letivo de 2012.

É o Parecer.

Irati, 29 de dezembro de 2011.

Jussara Likes Penteadó,
Coordenadora do Setor de Estrutura e Funcionamento,
RG 4.468.380-6 – NRE de Irati - PR.



**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO
NRE IRATI**

PARECER Nº 75/2011 - Equipe Pedagógica – NRE

ASSUNTO: Parecer de Verificação da Legalidade do Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica.

COLÉGIO ESTADUAL DE FAXINAL DOS MARMELEIROS apresenta o Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica elaborado pela Comunidade Escolar e apreciado pelo seu Conselho Escolar, com oferta de Ensino Fundamental e Ensino Médio.

A Equipe Pedagógica – NRE de Irati emite o presente Parecer que resulta da verificação da legalidade do Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica da referida instituição, situado na localidade de Faxinal dos Marmeleiros, do município de Rebouças, mantida pelo Governo do Estado do Paraná.

O Parecer de verificação da legalidade do Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica é parte integrante do Ato Administrativo que aprova o Regimento Escolar, cujo número será incorporado no referido Ato, considerando sua regulamentação no referido Regimento.

O presente Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica atende os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica e, Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica do Estado do Paraná.

O Projeto Político-Pedagógico está adequado a Deliberação nº 014/99-CEE.

É o Parecer.

Irati, 01 de dezembro de 2011.

Marisa Ap. Retzlaff Milleo
Equipe Pedagógica do NRE

Adendo Regimental de Acréscimo nº 04.

Acrescenta os Incisos XXXIV, XXXV, XXXVI e XXXVII no Art. 22, o Art. 38-A, o Art. 40-A, o Art. 41-A e o Art. 49-A ao regimento escolar aprovado pelo Ato Administrativo nº 503/2007 - Núcleo Regional de Educação, referente a implantação do Programa Brigadas Escolares – Defesa Civil na Escola.

Art. 1º - O Regimento Escolar do Colégio Estadual de Faxinal dos Marmeleiros – Ensino Fundamental e Médio, do município de Rebouças, passa a vigorar com os seguintes acréscimos:

Art. 22 - Mantido

XXXIV - possibilitar a implementação do “Programa Brigadas Escolares –

Defesa Civil na Escola” com a Criação das Brigadas Escolares,

bem como a elaboração do organograma da Instituição;

XXXV - indicar os funcionários da instituição de ensino para compor o

grupo da Brigadas Escolares conforme critérios descritos no

“Programa Brigadas escolares – Defesa Civil na Escola”;

XXXVI - acompanhar o desenvolvimento das ações do grupo da Brigadas

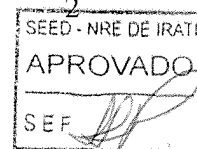
Escolares;



XXXVII - possibilitar aos elementos do grupo que compõe a Brigada Escolar a participarem das capacitações.

Art. 38-A - Compete ao Pedagogo indicado para compor o grupo da Brigada Escolar:

- I. acompanhar o trabalho de identificação de riscos na edificação e nas condutas rotineiras da comunidade escolar;
- II. garantir a implementação do Plano de Abandono, que consiste na retirada, de forma segura, de alunos, professores e funcionários das edificações escolares, por meio da execução de exercícios simulados, no mínimo um por semestre, a ser registrado em calendário escolar;
- III. promover revisões periódicas do Plano de Abandono, junto aos componentes da Brigada Escolar;
- IV. apontar mudanças necessárias, tanto na edificação escolar, bem como na conduta da comunidade escolar, visando o aprimoramento do Plano de Abandono;
- V. promover reuniões bimestrais entre os integrantes da Brigada Escolar para discussão de assuntos referentes a segurança do estabelecimento de ensino, com registro em ata específico ao Programa;
- VI. verificar constantemente o ambiente escolar e a rotina da escola, em busca de situações inseguras, comunicando imediatamente o Diretor para as providências necessárias;
- VII. observar em caso de sinistro e/ou simulações, o organograma elaborado pela Instituição de Ensino;
- VIII. participar das formações para a Brigada Escolar, em EaD e também



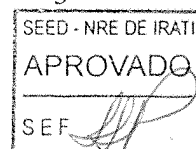
PRESENCIAL.

Art.40-A - Compete aos docentes indicados para compor o grupo da Brigada Escolar:

- I. acompanhar o trabalho de identificação de riscos na edificação e nas condutas rotineiras da comunidade escolar;
- II. garantir a implementação do Plano de Abandono, que consiste na retirada, de forma segura, de alunos, professores e funcionários das edificações escolares, por meio da execução de exercícios simulados, no mínimo um por semestre, a ser registrado em calendário escolar;
- III. promover revisões periódicas do Plano de Abandono, junto aos componentes da Brigada Escolar;
- IV. apontar mudanças necessárias, tanto na edificação escolar, bem como na conduta da comunidade escolar, visando o aprimoramento do Plano de Abandono;
- V. promover reuniões bimestrais entre os integrantes da Brigada Escolar para discussão de assuntos referentes a segurança do estabelecimento de ensino, com registro em ata específico ao Programa;
- VI. verificar constantemente o ambiente escolar e a rotina da escola, em busca de situações inseguras, comunicando imediatamente o Diretor para as providências necessárias;
- VII. observar em caso de sinistro e/ou simulações, o organograma elaborado pela Instituição de Ensino;
- VIII. participar das formações para a Brigada Escolar, em EaD e também

PRESENCIAL.

3



Art. 41-A - Compete aos Funcionários que atuam nas Áreas de Administração Escolar e Operação de Multimeios Escolares indicado para compor o grupo da Brigada Escolar:

- I. acompanhar o trabalho de identificação de riscos na edificação e nas condutas rotineiras da comunidade escolar;
- II. garantir a implementação do Plano de Abandono, que consiste na retirada, de forma segura, de alunos, professores e funcionários das edificações escolares, por meio da execução de exercícios simulados, no mínimo um por semestre, a ser registrado em calendário escolar;
- III. promover revisões periódicas do Plano de Abandono, junto aos componentes da Brigada Escolar;
- IV. apontar mudanças necessárias, tanto na edificação escolar, bem como na conduta da comunidade escolar, visando o aprimoramento do Plano de Abandono;
- V. promover reuniões bimestrais entre os integrantes da Brigada Escolar para discussão de assuntos referentes a segurança do estabelecimento de ensino, com registro em ata específico ao Programa;
- VI. verificar constantemente o ambiente escolar e a rotina da escola, em busca de situações inseguras, comunicando imediatamente o Diretor para as providências necessárias;
- VII. observar em caso de sinistro e/ou simulações, o organograma elaborado pela Instituição de Ensino;
- VIII. participar das formações para a Brigada Escolar, em EaD e também

PRESENCIAL.

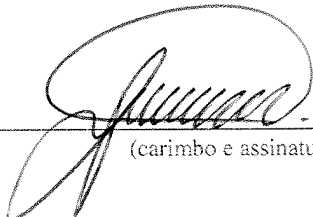
Art. 49-A - Compete aos Funcionários que atuam nas Áreas de Manutenção e Infra-estrutura Escolar e Prevenção do Meio Ambiente, Alimentação Escolar e Interação com o Educando indicado para compor o grupo da Brigada Escolar:

- I. acompanhar o trabalho de identificação de riscos na edificação e nas condutas rotineiras da comunidade escolar;
- II. garantir a implementação do Plano de Abandono, que consiste na retirada, de forma segura, de alunos, professores e funcionários das edificações escolares, por meio da execução de exercícios simulados, no mínimo um por semestre, a ser registrado em calendário escolar;
- III. promover revisões periódicas do Plano de Abandono, junto aos componentes da Brigada Escolar;
- IV. apontar mudanças necessárias, tanto na edificação escolar, bem como na conduta da comunidade escolar, visando o aprimoramento do Plano de Abandono;
- V. promover reuniões bimestrais entre os integrantes da Brigada Escolar para discussão de assuntos referentes a segurança do estabelecimento de ensino, com registro em ata específico ao Programa;
- VI. verificar constantemente o ambiente escolar e a rotina da escola, em busca de situações inseguras, comunicando imediatamente o Diretor para as providências necessárias;
- VII. observar em caso de sinistro e/ou simulações, o organograma elaborado pela Instituição de Ensino;
- VIII. participar das formações para a Brigada Escolar, em EaD e também

PRESENCIAL.

Art. 2º - Este Adendo Regimental entra em vigor a partir da data de sua aprovação.

Rebouças, 03 de maio de 2013.



(carimbo e assinatura Direção)

PAULO GELSON RODRIGUES

Diretor

RES. 6012/2011 DOE 06/01 2012

N R E DE IRATI SEED
Aprova Regimento Escolar conforme Deliberação nº <u>16.199</u> CEE de acordo com o Ato Administrativo n.º <u>117/2013</u> do NRE de Irati. Irati, <u>23</u> / <u>05</u> / <u>2013</u> <i>Sra. Maria</i>
CHEFE DO NRE DE IRATI
Decreto nº <u>7641 - DOE DE 18/03/13</u> RG nº <u>1.180.021-1</u>



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE IRATI
Rua Coronel Emílio Gomes, 111 – IRATI – PR – 84500-000
Fone (042) 3421-2200 Fax: 3421-2202
Site: <http://www.diadia.pr.gov.br/nre/irati> E-mail: nreirati@gmail.com

Mem. N° 165/2013 – SEF/NRE/IRATI

Em 29 de maio de 2013.

Ao Colégio Estadual Faxinal dos Marmeleiros – Ensino Fundamental e Médio

Assunto: Adendo de Acréscimo ao Regimento Escolar Aprovado

Encaminhamos em anexo o Adendo Regimental de Acréscimo devido a inclusão da matéria sobre o Programa Brigadas Escolares – Defesa Civil na Escola devidamente aprovado, Parecer de Aprovação, Ato de homologação do Parecer, Regimento Escolar e seus adendos anteriores.

Atenciosamente,

Jussara Likes Penteadó,
Coordenadora do Setor de Estrutura e Funcionamento.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE IRATI
Rua Coronel Emílio Gomes, 111 – IRATI – PR – 84500-000
Fone (042) 3421-2200 Fax: 3421-2202
Site: <http://www.diadia.pr.gov.br/nre/irati> E-mail: nreirati@gmail.com

ATO ADMINISTRATIVO Nº 117/2013-NRE

O Chefe do Núcleo Regional de Educação de Irati, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto nº 7641/13 DOE 8919 – 18/03/2013, e considerando a Deliberação nº 16/99-CEE/PR e o Parecer nº 143/2013-SEF/NRE, que a este se incorpora,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Adendo de acréscimo nº 04, ao Regimento Escolar aprovado pelo Ato Administrativo nº 503/2007-NRE, do Colégio Estadual de Faxinal dos Marmeleiros – Ensino Fundamental e Médio, situado no Faxinal dos Marmeleiros, s/nº, Faxinal dos Marmeleiros do município de Rebouças e mantido pelo Governo do Estado do Paraná.

Art. 2º Este Ato Administrativo entra em vigor na presente data.

Irati, 23 de maio de 2013.

p/ Smaoito
Cleto Antonio Castagnoli,
Chefe do NRE de Irati,

Decreto 7641/13 – DOE 8919 – 18/03/2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE IRATI**

Rua Coronel Emílio Gomes, 111 – IRATI – PR – 84500-000

Fone (042) 3421-2200 Fax: 3421-2202

Site: <http://www.diadia.pr.gov.br/nre/irati> E-mail: nreirati@gmail.com

Parecer nº 143/2013-SEF/NRE

Assunto: Parecer de análise para aprovação de Adendo Regimental de Acréscimo

O Colégio Estadual de Faxinal dos Marmeleiros – Ensino Fundamental e Médio apresenta o Adendo Regimental de Acréscimo nº 04, referente à implantação do Programa Brigadas Escolares – Defesa Civil na Escola.

O Setor de Estrutura e Funcionamento do Núcleo Regional de Educação de Irati emite o presente Parecer, que resulta da análise do Adendo nº 04, ao Regimento Escolar aprovado pelo Ato Administrativo nº 503/2007-NRE da referida instituição de ensino, situada Faxinal dos Marmeleiros, s/nº, Faxinal dos Marmeleiros do município de Rebouças e mantida pelo Governo do Estado do Paraná.

O parecer de análise é parte integrante do Ato Administrativo que aprova o Adendo Regimental, cujo número será incorporado ao referido Ato.

Os dispositivos da matéria e dos componentes regimentais estão em consonância com o Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica da referida instituição de ensino e atendem os desígnios constitucionais, do Estatuto da Criança e do Adolescente e a legislação educacional em vigor.

Isto posto, estando o Adendo Regimental da referida Instituição de Ensino adequado à Deliberação nº 016/99-CEE/PR e de acordo com o Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica, somos de parecer favorável à sua aprovação, a partir da presente data.

É o Parecer.

Irati, 23 de maio de 2013.

Jussara Likes Penteado,
Coordenadora do Setor de Estrutura e Funcionamento,
RG 4.468.380-6 – NRE de Irati – PR.